Fecombustíveis
Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes

# COMBUSTÍVEIS & CONVENIÊNCIA

Ano 18 - Fevereiro e Março 2021 - Nº 186
www.fecombustiveis.org.br

Veículo oficial da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes e da Expopostos

## REVENDA PASSA POR EMARANHADO DE PROBLEMAS DURANTE A PANDEMIA

**Entrevista com Zeina Latif, consultora econômica**

TOTAL excellium

EM BREVE, NO SEU POSTO!

# Combate a sujeira no seu motor

## O combustível que limpa o seu motor km após km

TOTAL
Committed to Better Energy

**Para mais informações sobre como adquirir o produto para o seu posto de serviço, entre em contato com nossos gerentes regionais:**

Estado de São Paulo: Wallace Costa - (11) 9 8405-0125
Estado de Minas Gerais: Ledston Campos - (31) 9 9803-8324
Estado do Rio de Janeiro: Luiz Ladeira - (31) 9 9821-5001
Estados de Goiás e Mato Grosso: Adelmar Morais - (62) 9 9629-5053

totalbrasil.com /totaldobrasil /TotalBrasil total_br

## Reportagem de Capa

38 Revenda convive com emaranhado de problemas

## Entrevista

6 Zeina Latif, Consultora Econômica

## Mercado

14 • Proteção de dados: se você ainda não parou para pensar nisso, passou da hora!

18 • Pix: golpes começam a surgir

21 • Lockers no posto: oportunidade ou risco?

23 • A gangorra do etanol

25 • Biodiesel mais uma vez preocupa o mercado

28 • O que esperar da Petrobras?

32 • Pandemia e saúde mental: como lidar com essa relação de desequilíbrio?

## Conveniência

48 • Negócio machucado

### SEÇÕES

5 • Sindicatos Filiados

59 • Crônica

### OPINIÃO

12 • Paulo Miranda Soares

37 • José Camargo Hernandes

51 • Klaiston Soares D' Miranda

### TABELAS

52 • Evolução dos Preços do Etanol

53 • Formação de Preços

54 • Formação de Custos do S10

55 • Preços de Revenda e Distribuição de Combustíveis

COMBUSTÍVEIS & CONVENIÊNCIA

Fecombustíveis

A Fecombustíveis representa nacionalmente 34 sindicatos, defendendo os interesses legítimos de mais de 40 mil postos de serviços, 407 TRRs e cerca de 71 mil revendedores de GLP, além da revenda de lubrificantes.

Nossa missão é acompanhar o mercado de revenda de combustíveis, com a meta de fomentar o desenvolvimento econômico e social do setor, contribuindo assim para melhorar a qualidade de vida da nação.

Tiragem: 25 mil exemplares

**Presidente:**
Paulo Miranda Soares

1º Vice-Presidente: Mário Luiz Pinheiro Melo
2º Vice-Presidente: Maria Aparecida Siuffo Pereira Schneider
3º Vice-Presidente: José Camargo Hernandes
4º Vice-Presidente: Walter Tannus Freitas
5º Vice-Presidente: Aldo Locatelli
6º Vice-Presidente: Júlio César Zimmermann
1º Secretário: Emílio Roberto Chierighini Martins
2º Secretário: Flávio Martini de Souza Campos
3º Secretário: James Thorp Neto
1º Tesoureiro: Manuel Fonseca da Costa
2º Tesoureiro: Antônio Barbosa Ferreira
3º Tesoureiro: Felipe Campos Bretas
Conselheiro Fiscal Efetivo:
Roberto Fregonese
Conselheiro Fiscal Efetivo:
João Batista Porto Cursino de Moura
Conselheiro Fiscal Efetivo:
Adriano Henrique Costa Bandeira

**Diretoria:**
Carlos Eduardo Mendes Guimarães Júnior, João Carlos Dal'Aqua,Álvaro Rodrigues Antunes de Faria,Omar Aristides Hamad Filho, Rui Cichella,Eval Galazi,Giovani Alberto Testoni, Eduardo D'Agostini Martins, Elisa Schmitt Monteiro, Ildo Buffon, Antônio Cardoso Sales, Ronald Barroso do Couto, José Antônio Victor de Souza, Márcio Martins de Castro Andrade, Murilo de Paula Melquiades Oliveira e Laércio dos Santos Kalauskas

**Conselho Editorial:**
Emílio Martins, Marciano Francisco Franco, José Alberto Miranda Cravo Roxo, Mario Melo, Ricardo Hashimoto, Roberto Fregonese e José Carmargo Hernandes

**Edição:** Mônica Serrano (monicaserrano@fecombustiveis.org.br)
**Redação:** Rosemeire Guidoni (roseguidoni@uol.com.br) e Adriana Cardoso
**Capa:** Alexandre Bersot com imagem da iStock

**Publicidade:**
Fernando Polastro
comercial.revista@fecombustiveis.org.br
Telefone: (11) 5081-6681 I 99525-6665

**Programação visual:**
Girasoli Soluções

**Fecombustíveis**
Av. Rio Branco 103/13° andar - Centro-RJ - Cep.: 20.040-004
Telefone: (21) 2221-6695
Site: www.fecombustiveis.org.br/revista
E-mail: revista@fecombustiveis.org.br





# Espiral de problemas

Após a pandemia completar um ano no Brasil, vivenciamos um cenário alarmente, com os hospitais em colapso e recordes de óbitos. Este panorama de desolação se estende para além das dores de milhares de famílias, agravada com a situação econômica, perda da renda da população, inflação alta e juros subindo.

Do lado dos empresários da revenda, há um emaranhado de problemas a serem administrados. A piora da pandemia, com as medidas restritivas, juntamente com as elevações do preço da gasolina e do diesel nas refinarias resultaram em queda das vendas na bomba. O revendedor teve que se virar sozinho, sem o apoio do governo com relação às medidas trabalhistas, que deram um certo alívio no ano passado com a redução da jornada e corte de salários. E ainda teve revendedor que quase apanhou dos consumidores de diesel, em março, quando o PIS/Cofins foi zerado nas refinarias, mas o governo federal esqueceu de avisar que, na bomba, o diesel leva a mistura com o biodiesel, que continua sendo tributado. A confusão foi completa com as *fake news* que se espalharam, e informaram que o governo tinha zerado também o PIS/Cofins da gasolina, do etanol e até do GNV (tudo mentira). Isso sem falar da novela do Decreto 10.634, que deixou o revendedor sem dormir por não saber direito como coletar os dados de impostos para fazer a placa com a composição de preços. Acompanhe todos estes acontecimentos na **Reportagem de Capa**, por **Mônica Serrano** e **Rosemeire Guidoni.**

A matéria de capa fica ainda mais completa com a leitura da seção **Conveniência**, que aborda a confusão dos decretos municipais e estaduais sobre a classificação das lojas de conveniência. Ora foram classificadas como serviços essenciais, ora ficaram na categoria de restaurantes e bares, sendo fechadas ou com horário restrito (**Adriana Cardoso**).

Nesta edição, também trazemos uma matéria da seção **Mercado** que faz um alerta sobre as transações financeiras *online* e os golpes que já começaram a surgir com o Pix, novo meio de pagamento que iniciou em novembro. Outra reportagem aborda o megavazamento de dados, que expôs as informações de pelo menos 223 milhões de CPFs e 40 milhões de CNPJs. Fique atento e, na medida do possível, proteja-se!

Novamente a alta de preços do óleo diesel e a política de preços da Petrobras trouxe à tona mais uma crise entre o governo e os caminhoneiros. Confira a matéria da seção **Mercado**, que mostra o processo abrupto da troca de presidentes da Petrobras, a interferência do governo e questiona o papel da estatal como empresa de capital misto. Ela deve cumprir seu papel social ou atender ao mercado de capitais?

A **Entrevista do Mês** traz como destaque Zeina Latif, renomada consultora econômica, que não vê melhora na economia se não houver controle da pandemia com a vacinação em massa.

Boa leitura!
Mônica Serrano
**Editora**

### ACRE
**Sindepac**
Karyenne Saraiva Machado
Rua Pernambuco nº 599 - Sala 4
Bairro: Bosque
Rio Branco-AC
Fone: (68) 3226-1500
sindepac@hotmail.com
www.sindepac.com.br

### ALAGOAS
**Sindicombustíveis - AL**
James Thorp Neto
Av. Jucá Sampaio, 2247, Barro Duro
Salas 93/94 Shopping Miramar
Maceió-AL
Fone: (82) 3320-2902/1761
Fax: (82) 3320-2902
scvdpea@uol.com.br
www.sindicombustiveis-al.com.br

### AMAZONAS
**Sindicombustíveis - AM**
Eraldo de Souza Teles Filho
Rua Rio Içá, 26 - quadra 35
Conj. Vieiralves
Manaus-AM
Fone: (92) 3284-3707
Fax: (92) 3584-3728
sindicombustiveisam@gmail.com

### BAHIA
**Sindicombustíveis - BA**
Walter Tannus Freitas
Rua Soldado Luís Gonzaga das Virgens, 111 / Sala 902
Empresarial Liz Corporate - Bairro Stiep
Salvador – Bahia
Fone: (71) 3342-9557
Fax: (71) 3342-9557/9725
sindicombustiveis@sindicombustiveis.com.br
www.sindicombustiveis.com.br

### CEARÁ
**Sindipostos - CE**
Manuel Novais Neto
Av. Engenheiro Santana Júnior, 3000/
6º andar – sala 506 Parque Cocó
Fortaleza-CE
Fone: (85) 3244-1147
sindipostos@sindipostos-ce.com.br
www.sindipostos-ce.com.br

### DISTRITO FEDERAL
**Sindicombustíveis - DF**
Paulo Roberto Correa Tavares
SHCGN-CR 704/705, Bloco E
Entrada 41, 3º andar, sala 301
Brasília-DF
Fone: (61) 3274-2849
Fax: (61) 3274-4390
sindicato@sindicombustiveis-df.com.br
www.sindicombustiveis-df.com.br

### ESPÍRITO SANTO
**Sindipostos - ES**
Eval Galazi
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 955 / 21º - salas
2101 e 2102
Ed. Global Tower - Enseada do Suá
Vitória - ES
Fone: (27) 3322-0104
Fax: (27) 3322-0104
sindipostos@sindipostos-es.com.br
www.sindipostos-es.com.br

### GOIÁS
**Sindiposto**
Marcio Martins de Castro Andrade
12ª Avenida, 302
Setor Leste Universitário
Goiânia-GO
Fone: (62) 3218-1100
Fax: (62) 3218-1100
sindiposto@sindiposto.com.br
www.sindiposto.com.br

### MARANHÃO
**Sindicombustíveis - MA**
Lepoldo Correa Santos Neto
Av. dos Holandeses - Ed. Tech Office - sala 226 - 2o
andar
Ponta D'Areia - São Luís-MA
Fone: (98) 98740-1700 / 98453-7975
sindcomb@uol.com.br
secretaria@sindcombustiveis-ma.com.br
www.sindcombustiveis-ma.com.br

### MATO GROSSO
**Sindipetróleo**
Aldo Locatelli
R. Manoel Leopoldino, 414, Araés
Cuiabá-MT
Fone/Fax: (65) 3621-6623
contato@sindipetroleo.com.br
www.sindipetroleo.com.br

### MATO GROSSO DO SUL
**Sinpetro**
Waldemar Locatelli
Rua Bariri, 133
Campo Grande-MS
Fone: (67) 3325-9988 / 9989
Fax: (67) 3321-2251
sinpetro@sinpetro.com.br
www.sinpetro.com.br

### MINAS GERAIS
**Minaspetro**
Carlos Eduardo Mendes Guimarães Júnior
Rua Amoroso Costa, 144
Bairro Santa Lúcia
Belo Horizonte-MG
Fone/Fax: (31) 2108- 6500/ 2108-6530
minaspetro@minaspetro.com.br
www.minaspetro.com.br

### PARÁ
**Sindicombustíveis - PA**
José Antônio Victor de Souza
Av. Duque de Caxias, 1337
Bairro Marco
Perímetro: Trav. Mariz e Barros/Trav.
Timbó
Belém-PA
Fone: (91) 3224-5742/ 3241-4473
secretaria@sindicombustiveis-pa.com.br
www.sindicombustiveis-pa.com.br

### PARAÍBA
**Sindipetro - PB**
Omar Aristides Hamad Filho
Av. Minas Gerais, 104
Bairro dos Estados
João Pessoa-PB
Fone: (83) 3221-0762
contato@sindipetropb.com.br
www.sindipetropb.com.br

### PARANÁ
**Paranapetro - PR**
Rui Cichella
Rua Vinte e Quatro de Maio, 2.522
Curitiba-PR
Fone/Fax: (41) 3021-7600
E-mail: paranapetro@paranapetro.org.br

### PERNAMBUCO
**Sindicombustíveis - PE**
Alfredo Pinheiro Ramos
Rua Desembargador Adolfo Ciriaco,15
Prado Recife-PE
Fone: (81) 3227-1035
Fax: (81) 3445-2328
recepcao@sindicombustiveis-pe.org.br
www.sindicombustiveis-pe.org.br

### PIAUÍ
**Sindipetro - PI**
Alexandre Cavalcanti Valença
Av. Tancredo Neves 8570, Lourival Parente
Teresina-PI
Fone: (86) 3227-4996
sindipostospi@gmail.com
www.sindipetropi.org.br

### RIO DE JANEIRO
**Sindestado**
Ronald Barroso do Couto
Av. Presidente Franklin Roosevelt, 296
São Francisco
Niterói–RJ
Fone/Fax: (21) 2704-9400
sindestado@sindestado.com.br
www.sindestado.com.br

### RIO DE JANEIRO - MUNICÍPIO
**Sindcomb**
Maria Aparecida Siuffo Pereira Schneider
Rua Alfredo Pinto, 76 - Tijuca
Rio de Janeiro-RJ
Fone: (21) 3544-6444
secretaria@sindcomb.org.br
www.sindcomb.org.br

### RIO GRANDE DO NORTE
**Sindipostos - RN**
Antonio Cardoso Sales
Rua Raposo Câmara, 3588
Bairro Candelária
Natal-RN
Fone: (84) 3217-6076
sindipostosrn@sindipostosrn.com.br
www.sindipostosrn.com.br

### RIO GRANDE DO SUL
**Sulpetro**
João Carlos Dal'Aqua
Rua Cel. Genuíno, 210 - Centro
Porto Alegre-RS
Fone: (51) 3930-3800
Fax: (51) 3228-3261
presidencia@sulpetro.org.br
www.sulpetro.org.br

### RIO GRANDE DO SUL – SERRA GAÚCHA
**Sindipetro Serra Gaúcha**
Eduardo D'Agostini Martins
Rua Ítalo Victor Berssani, 1.134
Caxias do Sul-RS
Fone/Fax: (54) 3222-0888
sindipetro@sindipetroserra.com.br
www.sindipetroserra.com.br

### RONDÔNIA
**Sindipetro - RO**
Volmir Ramos Xinaider
Travessa Guaporé, Ed. Rio Madeira,
3º andar, salas 307/308
Porto Velho-RO
Fone: (69) 3229-6987
sindipetrorondonia@gmail.com
www.sindipetro-ro.com.br

### RORAIMA
**Sindipostos - RR**
José Pereira Barbosa Neto
Av. Major Williams, 436 - sala 01- São Pedro
Boa Vista-RR
Fone: (95) 3623-9368/ 99132-2776
sindipostosrr@hotmail.com

### SANTA CATARINA
**Sindipetro - SC**
Luiz Antonio Amin
Rua Porto União, 606
Bairro Anita Garibaldi
Joinville-SC
Fone: (47) 3433-0932 /0875
Fax: (47) 3433-0932
sindipetro@sindipetro.com.br
www.sindipetro.com.br

### SANTA CATARINA - BLUMENAU
**Sinpeb**
Julio César Zimmermann
Rua Quinze de Novembro, 550/4º andar
Blumenau-SC
Fone: (47) 3326-4249
Fax: (47) 3326-6526
sinpeb@gmail.com
www.sinpeb.com.br

### SANTA CATARINA - FLORIANÓPOLIS
**Sindópolis**
Vicente Sant'Anna Neto
Av. Presidente Kennedy, 222 - 2º andar
Campinas São José
Florianópolis-SC
Fone: (48) 3241-3908
sindopolis@sindopolis.com.br

### SANTA CATARINA – LITORAL CATARINENSE E REGIÃO
**Sincombustíveis**
Giovani Alberto Testoni
Rua José Ferreira da Silva, 43 1º andar – sala 7
Itajaí-SC
Fone: (47) 3241-0321
Fax: (47) 3241-0322
sincombustiveis@sincombustiveis.com.br
www.sincombustiveis.com.br

### SÃO PAULO – CAMPINAS
**Recap**
Flávio Martini de Souza Campos
Rua José Augusto César, 233
Jardim Chapadão
Campinas-SP
Fone: (19) 3284-2450
recap@financeiro.com.br
www.recap.com.br

### SÃO PAULO - SANTOS
**Sindicombustíveis Resan**
José Camargo Hernandes
Rua Dr. Manoel Tourinho, 269
Bairro Macuco
Santos-SP
Fone: (13) 3229-3535
Fax:(13) 3229-3535
secretaria@resan.com.br
www.resan.com.br

### SERGIPE
**Sindpese**
Murilo de Paula Melquiades Oliveira
Rua Dep. Euclides Paes Mendonça, 871
Bairro Salgado Filho
Aracaju-SE
Fone: (79) 3214-4708
secretaria@sindpese.com.br
www.sindpese.com.br

### SINDILUB
**Laércio dos Santos Kalauskas**
Rua Trípoli, 92, conj. 82
Vila Leopoldina
São Paulo-SP
Fone: (11) 3644-3439/ 3645-2640
sindilub@sindilub.org.br
www.sindilub.org.br

### TOCANTINS
**Sindiposto - TO**
Wilber Silvano de Sousa Filho
Quadra 303 Sul Av. LO 09 lote 21 salas 4 e 5
Palmas-Tocantins
Fone: (63) 3215-5737
sindiposto-to@sindiposto-to.com.br
www.sindiposto-to.com.br

### TRR
**Álvaro Rodrigues Antunes de Faria**
Rua Lord Cockrane, 616
8º andar, salas 801/804 e 810
Ipiranga-SP
Fone: (11) 2914-2441
Fax: (11) 2914-4924
info@sindtrr.com.br
www.sindtrr.com.br

**Entidade associada**

### ABRAGÁS (GLP)
**José Luiz Rocha**
Fone: (41) 8897-9797
abragas.presidente@gmail.com

# ‘Prioridade é cuidar da saúde’

Divulgação/ XP Investimentos

POR ADRIANA CARDOSO

Fomos perdendo batalhas no ano passado, não nos preparamos para a vacina. Quando teve a superação da primeira onda, isso gerou uma acomodação no governo, o que é lamentável porque não faltaram alertas de pessoas da área da saúde falando do risco de uma segunda onda

Para a consultora econômica Zeina Latif, o ano de 2020 ainda não terminou. E, quando 2021 finalmente começar, teremos que pagar a conta daquilo que não foi feito para cuidar da saúde e da vida das pessoas na pandemia da Covid-19. "A vida segue e teremos consequências dessas escolhas em 2021. Primeiro, porque não cuidamos da saúde. Fomos perdendo batalhas no ano passado e não nos preparamos para a vacina", diz. Ex-pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) e ex-economista-chefe da XP Investimentos, Zeina possui *expertise* para avaliar a economia brasileira e os humores do mercado financeiro. Em sua avaliação, a condução equivocada do governo federal não só na pandemia, mas também na economia, só empurra os problemas que temos de resolver para o futuro, que pode não ser nada promissor. Sobre a intervenção do presidente Jair Bolsonaro na gestão da Petrobras, ela disse que, além de repetir erros do passado, ele deu "um tiro no pé", pois desestabilizou o mercado e mandou sinais muito negativos para os investidores. Para a economista, a Petrobras, se fosse privatizada, não estaria sofrendo essas pressões do governo. Então, essa agenda deveria ganhar força e não o contrário. Zeina também abordou que, neste momento, não é prioridade do governo realizar as reformas tributária e administrativa, pois percebe-se que o foco do presidente Jair Bolsonaro é a reeleição, em 2022.

Confira os principais trechos da entrevista exclusiva para a revista **Combustíveis & Conveniência,** concedida via *Skype*.

**Combustíveis & Conveniência: O PIB brasileiro caiu 4,1% em 2020, a menor taxa da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 24 anos. Esse resultado levou o Brasil a cair no *ranking* das 10 maiores economias do mundo. O que nos trouxe a essa condição?**

**Zeina Latif:** Na verdade, essa queda foi modesta, comparativamente ao que era esperado. E, quando olhamos países da América Latina, a nossa performance, por esse aspecto, não foi tão ruim. Por outro lado, também não faz muito sentido compararmos o Brasil com países mais ricos. Então, pensando na nossa realidade de América Latina, não foi ruim o resultado, porque fizemos muitas políticas de socorro, que se mostraram políticas de estímulo ao consumo, como é o caso do auxílio emergencial. Então, primeiro ponto: gastamos mais comparativamente a outros países emergentes. Nós fizemos mais ostensivamente uma política de recuperação, algo como 9% do Produto Interno Bruto (PIB), e isso é acima da média dos emergentes. O nosso patamar corresponde mais ou menos ao que a Alemanha gastou, e lembrando que saímos de uma situação fiscal pior. Segundo ponto: quando olhamos o *mix* dessas políticas, mais da metade (do valor gasto) foi com auxílio emergencial, que era para ser uma política de socorro, para subsistência de miseráveis nessa travessia de isolamento social, e não foi isso o que aconteceu – foi uma injeção significativa de recursos. Estamos falando de números acima da casa dos R$ 300 bilhões, para um grupo de 67 milhões de pessoas que foram mais beneficiadas do que produziriam em condições normais. Em um país com tanto consumo reprimido, as pessoas realizaram um consumo

que fez a economia reagir rapidamente, especialmente ao longo do segundo semestre, mas claro que de modo muito desigual e heterogêneo. O comércio está com patamares maiores do que o pré-crise, a indústria também. Agora, ponto final, porque a vida segue e teremos consequências dessas escolhas em 2021. Primeiro, porque não cuidamos da saúde. Fomos perdendo batalhas no ano passado, não nos preparamos para a vacina. Quando teve a superação da primeira onda, isso gerou uma acomodação no governo, o que é lamentável porque não faltaram alertas de pessoas da área da saúde falando do risco de uma segunda onda. Ou seja, gastamos mal, não gastamos o que deveríamos com saúde, então o problema ficou para 2021, e 2021 ainda não começou. Ainda estamos em 2020. Mesmo com o auxílio emergencial renovado agora, não há como manter aquele programa original. Portanto, todas as consequências da desarrumação das contas públicas e das sinalizações do governo de que não vai ajustá-las, deixando-as para o próximo presidente, têm implicações no mercado financeiro, na cotação do dólar. Isso machuca a economia. Ter perdido posição nas maiores economias é o conjunto da obra.

**C&C: Até que ponto a senhora acredita que a narrativa 'conter a pandemia *versus* liberar a economia' nos ajudou ou prejudicou no cenário macroeconômico?**

**ZL:** Primeiramente, não existe milagre na política econômica. As pessoas acham 'gasta aí, a economia se recupera depois'. Isso é bobagem! O empresário, para fazer um investimento, não vai olhar uma recuperação de curto prazo, ainda que ela seja bem-vinda. Ele precisa olhar a perspectiva. O que faz os países crescerem de uma forma mais robusta? O aumento do consumo ou do investimento? O aumento do investimento a longo prazo, com certeza! Claro que, a curto prazo, cabe ao governo fazer políticas macroeconômicas para suavizar o ciclo do consumo — isso é essencial. Agora, achar que estimular o consumo vai fazer o país ficar rico e ter arrancada de crescimento, não. Já devíamos ter aprendido essa lição, porque essa foi a estratégia do governo Dilma e deu errado. Esse é o primeiro ponto. Agora, claro que tem uma fatura a ser paga e não é só em 2021. A fatura deste ano é a vacina e espero que fique em 2021. Aqui, faço parênteses com essa história das variantes do coronavírus. Temos visto uma corrida de quem vai primeiro, se a vacina ou as variantes. Por ora, estamos perdendo, então está muito preocupante a situação do Brasil. Estamos virando exemplo a não ser seguido no mundo, e isso é bem ruim para a imagem do país. Agora, no aspecto econômico, as consequências vão continuar. O próximo presidente vai pegar o país com uma situação fiscal muito frágil.

**C&C: Se o próximo presidente for o próprio Jair Bolsonaro?**

**ZL:** Se repetir o que tem sido agora, nessa postura recente, aí teremos problema. Estaremos contratando mais uma década perdida. Ou o Brasil encara seus desafios, ou vem mais uma década perdida pela frente. Estamos nessa armadilha do baixo crescimento, que os economistas chamam de 'armadilha da renda média'. Está cada vez mais difícil para países de economia média como o nosso adquirirem o *status* de economia desenvolvida, porque a tecnologia já foi na frente. Precisávamos ter uma mão de obra muito mais qualificada, pois a fronteira tecnológica avançou e agora, com a pandemia, mais ainda. Nos acomodamos com este país muito tempo sem crescer e isso gera uma sociedade cansada, menos tolerante. As instituições vão funcionando pior, a produtividade é muito baixa, então tem um custo ficarmos tanto tempo crescendo pouco. É como uma casa em que você não faz a manutenção. Vai chegar uma hora que você vai ter que fazer uma reforma, que sairá mais cara. O Brasil precisa dar esse salto e precisa de liderança política. O atual modelo de gestão da política econômica é muito preocupante, essa agenda de empurrar com a barriga. Em relação à narrativa vacina

*versus* economia, logo que teve início a pandemia eu me coloquei contra esse argumento, pois, se não tomarmos as decisões corretas para cuidar da saúde das pessoas, teremos uma crise econômica mais séria. E aqui estou só falando de economia, nem estou falando da questão moral de salvar vidas. Pode ter um impacto severo na mão de obra, vai ter riscos de turbulências sociais. Se se fala 'libera geral, cada um faz o que quer', teremos um custo social enorme, como o colapso do setor de saúde. Os países que conseguiram conter a doença, cresceram mais ou tiveram recuo menor do PIB. Isso está muito claro nos números. O problema no Brasil é que não cuidamos como deveríamos da saúde. Temos agora uma segunda onda, que vai machucar ainda mais a economia. O setor produtivo está desesperado, não sem razão. Mas é importante entender que, enquanto não cuidarmos da saúde da forma mais inteligente possível, não sairemos desse desastre.

**C&C: Grande parte do empresariado, como a senhora mesma mencionou, também está sofrendo com a crise. O que poderia ter sido feito para ajudá-los a atravessar a pandemia?**

**ZL:** É manifestamente legítimo o sofrimento do setor produtivo. É desesperador mesmo. O abre e fecha é muito ruim para os negócios, porque o sujeito foi lá, se preparou, aguentou firme, pegou crédito público, segurou o quanto pôde, procurou demitir o mínimo possível para fazer essa travessia, aí vem a segunda onda e não vai ter o mesmo crédito público. Agora, o governo federal teve grande responsabilidade, porque, por mais que haja esforço de lideranças locais, essa pandemia é global, é do país. Esse tipo de problema exige coordenação do governo federal para traçar estratégias, como ter segurado a situação de Manaus com a nova variante, proibindo voos de/para Manaus, até entender o que estava acontecendo. Começou a segunda onda, tem que tomar medidas, tem que comprar vacina. 'Ah, mas vai sair caro!'. Embora, não faltou dinheiro. Dentre as medidas para sustentar a economia, a primeira coisa era garantir a vacina. Então, aqui tem uma responsabilidade do governo federal, pois há um limite até onde os governadores podem ir. Se não tem um esforço e uma coordenação do governo federal, então é a catástrofe. E ainda, para piorar, essas posturas do presidente acabam, bem ou mal, alimentando também posturas irresponsáveis das pessoas, que estão cansadas No final, todos pagam a conta.

**C&C: Diante de todo esse cenário que estamos vivendo, a senhora acha que tem clima para o Congresso votar as reformas tributária e administrativa este ano?**

**ZF:** Não é prioridade do governo. O que observamos na PEC Emergencial (nº 186) mostra que não é prioridade do governo, porque já poderia ter feito uma PEC Emergencial mais robusta, mais ambiciosa. A primeira PEC encaminhada pelo Ministério da Economia, ainda antes da pandemia, em novembro de 2019, era muito mais ambiciosa. Na pandemia, pensou-se que seria mais ambiciosa ainda, pois seria preciso colocar as contas públicas nos eixos, mas não, foi o contrário. Em vez de (o governo) subir a barra, desceu a barra. Essa agenda de reformas estruturais não é trabalho só para ministro da Economia. Isso é agenda de governo, o presidente tem que estar pessoalmente comprometido.

O que faz os países crescerem de uma forma mais robusta? O aumento do consumo ou do investimento? O aumento do investimento a longo prazo, com certeza!

**C&C: Tem uma frase do Paulo Guedes que diz: 'estado bom é aquele que foi privatizado'. A senhora crê que o pacote de privatizações que ele pretende fazer cabe num país como o Brasil, com as desigualdades sociais que temos, especialmente agora que estamos nesse quadro tão dramático da pandemia?**

**ZF:** Quando há crises, é natural que a sociedade demande mais intervenção estatal. O que as pesquisas mostram? As pesquisas mostram que o grosso da sociedade acha mesmo que tem que controlar os preços da Petrobras. E se fizer enquete perguntando se acham que tem que privatizar a Petrobras, é provável que a maioria diga não. Vamos lembrar que, quando teve a greve dos caminhoneiros (em maio de 2018), a sociedade apoiou. E, francamente, aquela greve foi absurda! Deixou um custo enorme...

**C&C: E, hoje, eles estão se manifestando de novo.**

**ZL:** Claro, o próprio governo cede à pressão e o movimento ganha força. De novo: não dá para fechar os olhos ao sofrimento de cada um. Mas esse setor é o que menos sofre na economia. É só olhar para o movimento de veículos pesados. Quando olhamos a venda de combustíveis, a parte do diesel não foi mal, teve crescimento. Quem sofreu foi a gasolina. Sofrer todo mundo está sofrendo, se bem que tem os que saíram ganhando na crise, mas isso é sempre assim. Mas esse setor não deveria ser foco do governo.

**C&C: Quem ganha com a crise?**

**ZL:** Por exemplo, a indústria de alimentos. E tem os setores que são vencedores por outras questões, como a agropecuária, que tem demanda da China. O câmbio para cima aumenta a rentabilidade desse setor. Agora, em relação ao que estava falando sobre a estatização, o viés nosso, enquanto sociedade, é estatizante. Ainda mais numa crise, em que todo mundo quer a interferência estatal, porque é necessário em alguns aspectos. Na questão de saúde, a pandemia é um problema que o setor privado, sozinho, não resolveria. Você precisa ter setor público. Agora, isso não deveria enfraquecer o apelo para privatizações. As empresas públicas têm, de fato, um problema de menor eficiência e estão mais suscetíveis à corrupção. A eficiência é menor mesmo. Representa risco fiscal e, mais do que isso, muitas vezes prejudicam os ganhos de produtividade na economia. Se a empresa é ineficiente, significa que há uma cadeia que depende dela que vai ser afetada por essa menor eficiência. O que precisa ser feito é ter garantia de boas privatizações. E, obviamente, os órgãos reguladores devem garantir a qualidade do serviço. Então, não é simplesmente privatizar. É privatizar e ter boa regulação do setor, para as empresas funcionarem bem, principalmente aquelas que chamamos de monopólios naturais. A Petrobras, por exemplo, se privatizada, não estaria sofrendo essas pressões agora. Então, essa agenda, ainda mais considerando a situação das contas públicas, deveria ganhar força e não o contrário. A intervenção estatal tem que ser onde realmente precisa. Se você quer tomar conta de tudo, você acaba não tomando conta de nada.

**C&C: A ex-presidente Dilma Rousseff foi muito criticada por interferir na política de preços dos combustíveis e, recentemente, o presidente Jair Bolsonaro demitiu Roberto Castello Branco por estar descontente com a política de preços da Petrobras. Quais prejuízos essa interferência traz?**

**ZF:** Os economistas falam: 'vamos errar com erros novos, né?'. Se errou e você faz de novo, isso é retrocesso. A intervenção deu errado no governo Dilma. Tudo bem que eu não acho que o presidente iria para aquele extremo agora, porque o mercado reagiu tão fortemente que forçou um recuo. A Dilma dilapidou o caixa da Petrobras ao controlar preços – especialistas falam algo como R$ 60 bilhões. Isso trouxe problemas para importadores, por exemplo. Quem vai se interessar em adquirir uma refinaria nesse programa de desestatização sabendo que

Divulgação/XP Investimentos

seu preço pode ser controlado? Vimos no começo do ano que a Petrobras não foi bem-sucedida em seus leilões – um não teve interesse, o outro foi vendido a preço baixo. Essas intervenções machucam os importadores e o Brasil vai se isolando. Mas, agora, o mercado reagiu e então eu acho que o presidente vai pensar duas vezes. O câmbio disparou, houve reajustes de combustíveis recentemente, e o Bolsonaro teve que se calar. Então, foi um tiro no pé, um desastre, pois deixa o investidor estrangeiro desconfiado do Brasil, prejudica a vida do setor produtivo, força o Banco Central (BC) a subir a taxa de juros básica da economia.

**C&C: Recentemente, nós tivemos a saída da Ford do país, uma empresa global. Somado a isso, o governo brasileiro não tem gozado de muito prestígio externamente. Quais sinais a senhora acha que estamos emitindo para o mundo?**

**ZF:** A imagem do Brasil está ruim sob vários aspectos – a questão da saúde, a questão ambiental, esse país difícil que não cresce, que gera esse desânimo, esse baixo apetite para investimentos. O Brasil está perdendo *market share* no investimento direto mundial, estamos reduzindo nosso investimento direto mundial. O mundo caiu em 2020 e nós caímos mais. Então, não é um aspecto ou outro, são vários aspectos. Fora os equívocos na nossa diplomacia. É possível contornar? É. A pandemia, ao contrário do que se temia, reforça agendas de globalização, porque descobrimos que está tudo conectado. Portanto, existe um espaço, sim, para o Brasil se reinserir. Não acho que vai ser uma agenda do governo Bolsonaro, porque percebe-se que ele se direciona para a campanha de 2022. Há pessoas no governo que estão preocupadas e procuram fazer a sua parte. O Brasil, começando pela própria questão da agricultura, é um *player* muito importante e que pode ajudar a puxar outros investimentos. Mas, de novo, não vejo isso como uma agenda de governo. ■

A imagem do Brasil está ruim sob vários aspectos – a questão da saúde, a questão ambiental, esse país difícil que não cresce, que gera esse desânimo, esse baixo apetite para investimentos

Paulo Miranda Soares | Presidente da Fecombustíveis

# Dias de caos na revenda

Desde o final de fevereiro, temos vivenciado uma crise sem fim. Além da pandemia, tivemos uma avalanche de problemas e, para piorar, ainda houve a publicação dos dois decretos, o de número 10.634 (das placas) e o 10.638 (que zerou o PIS/Cofins do óleo diesel A por 60 dias, somente nas refinarias), que transformaram a vida do revendedor num caos completo.

Vou me ater ao chamado Decreto da Transparência (10.634), que obrigou a revenda a divulgar os painéis com os impostos federais e estaduais dos combustíveis e as condições promocionais dos aplicativos das distribuidoras. Só tem um problema: quem recolhe os impostos são as refinarias, os importadores, as usinas de biodiesel e de etanol e as distribuidoras. Nós, postos, somos substituídos tributariamente. Por isso, não tem cabimento o posto ser responsável por informar um dado que pertence a outros elos da cadeia. Além disso, lembro que, desde 2012, já informamos no cupom fiscal o valor dos impostos federais e estaduais ao consumidor final.

Na placa dos impostos, os postos também devem informar o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF). O consumidor sabe o que é PMPF? Que diferença faz ele saber o PMPF do estado dele? Na verdade, ele não tem opção de escolha. Para quem não sabe, o PMPF é a base de cálculo do ICMS, que representa o preço de pauta. Ele é definido pelas Secretarias Estaduais de Fazenda a partir de pesquisas de preços realizadas pelas referidas entidades, com base em uma determinada amostra de postos revendedores. A cada 15 dias, o Confaz divulga uma tabela atualizada com o valor apurado na quinzena anterior, que reflete as oscilações de preços dos combustíveis na bomba.

No caso de expor o PMPF na placa para o consumidor, a nosso ver pode causar mais confusão do que esclarecimento. O cliente pode muito bem interpretar errado. Não somente os consumidores, como os Procons estaduais e municipais, pois vários deles tratam a revenda como bandidos. Muitos fiscais desconhecem a composição de preços e como funciona a cadeia do setor. A maioria ainda pensa que os postos enganam a população e ganham muito dinheiro. Inclusive, fomos tratados com truculência pelo presidente da Associação Nacional dos Procons, que nos informou que iria usar o poder de polícia para fiscalizar as placas nos postos.

A dinâmica no sistema de tributação do ICMS foi fortemente criticada pelo presidente Jair Bolsonaro, que enviou o Projeto de Lei complementar (PLP) 16/2021 para o Congresso com a proposta de unificação do ICMS. Para nós e para o consumidor, seria o melhor dos mundos, pois cria a monofasia do ICMS em todos os estados. Mas, voltando ao Decreto 10.634, observo que há uma relação direta da briga do presidente com os governadores. Os postos estão sendo usados para confrontar os governadores dos estados em relação ao ICMS, o que é lamentável. Estamos no meio de um jogo político.

As dificuldades da revenda também se referem à exibição das condições promocionais ou de pontuação dos programas de fidelidade, que devem ser divulgados em placa separada dos impostos. Os descontos ou *cashbacks* oferecidos por aplicativos são das distribuidoras, que detêm a marca, não dos postos. Este é outro absurdo do decreto.

Também percebemos que o consumidor pode concluir erroneamente que a diferença entre o preço das refinarias, somado aos impostos, e o preço final de bomba é margem do posto. Na realidade, entre as refinarias e os postos temos os custos das distribuidoras, suas margens e o frete. Ou seja, o elo intermediário foi poupado de expor seus preços. Mais uma distorção do decreto, que pode fortalecer a má imagem do posto perante o consumidor.

Tentamos incessantemente vários contatos, por meio de ofícios, diretamente com o gabinete da Presidência, para tentar sugerir algumas modificações no decreto e pedir mais tempo para a revenda se preparar. Porém, não tivemos retorno para tratar do assunto em audiência. Recebemos muito apoio do Ministério de Minas e Energia, assim como da ANP, mas ambos os órgãos não têm autonomia para prorrogar o prazo ou modificar um decreto presidencial.

A única opção que restou foi entrar na Justiça com um mandado de segurança. Queremos destacar que não somos contra a exposição dos impostos à população, muito pelo contrário, apoiamos a ideia de exibir a composição de preços dos combustíveis a todos. Nossa crítica é que o elo responsável por coletar os impostos é que deveria nos informar. A Fecombustíveis teve que contratar um especialista para calcular os impostos em todos os estados do país, para não deixar a revenda à mercê da fiscalização.

Estamos vivendo dias difíceis. A Federação está fazendo de tudo para apoiar a revenda e os sindicatos filiados neste momento de desafios.

Entre as refinarias e os postos temos os custos das distribuidoras, suas margens e o frete. Ou seja, o elo intermediário foi poupado de expor seus preços. Mais uma distorção do decreto, que pode fortalecer a má imagem do posto perante o consumidor

© NKL Produtos Eletrônicos Ltda
+55 47 3351 5805
vendas@nkl.com.br
Saiba mais em
www.nkl.com.br

# Consulte via internet o volume de combustíveis dos seus tanques, com o indicador de volume VM06

## ACESSO WEB NKLSIV

Através do site www.nklsiv.com.br é possível acessar remotamente e em tempo real, os principais dados e volumes dos tanques. Usuários premium podem também consultar e emitir relatórios completos. Site compatível com smartphones, tablets e computadores.

## Conheça a linha VM06:

### INDICADOR DE VOLUME VM06

Faz a medição do líquido disponível no tanque. Ele é instalado diretamente no tanque, detecta o nível de combustível por meio da boia e exibe em seu display mostrador o volume em litros.

- Certificado para uso em tanques de combustíveis
- Nível de proteção IP54: Resistente ao sol e chuva
- Compatível com vários formatos de tanques
- Fácil instalação
- Quando não conectado ao V-link, funciona com pilhas AA
- Excelente custo-benefício para medição de combustíveis
- Baixo índice de manutenção

### MÓDULO V-LINK USB

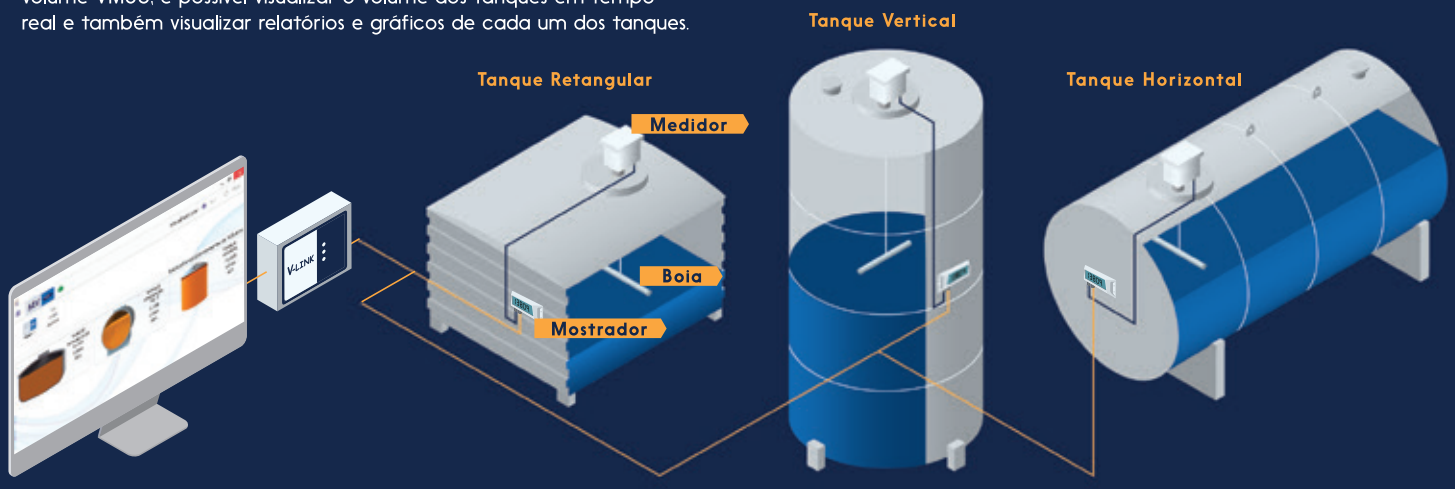
Equipamento 3 em 1.

- Faz a comunicação entre o computador (software NKL SIV) e os indicadores de volume VM06
- É uma barreira de segurança intrínseca certificada para comunicação com equipamentos em atmosfera "Ex" com fonte de alimentação segura
- Monitoramento ambiental de vazamento (quando utilizado em conjunto com os sensores de vazamento)

## ACESSO LOCAL

**Exemplo de aplicação:**

Com o V-LINK USB conectado ao computador e aos indicadores de volume VM06, é possível visualizar o volume dos tanques em tempo real e também visualizar relatórios e gráficos de cada um dos tanques.



Pixabay

Brasileiros foram vítimas de um megavazamento de informações, que expôs pelo menos 223 milhões de CPFs e 40 milhões de CNPJs

# Proteção de dados: se você ainda não parou para pensar nisso, passou da hora!

**No ano passado, a aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais acabou ficando em segundo plano, diante de tantas instabilidades e perdas, tanto econômicas quanto sociais. Porém, o megavazamento de 2021 mostra que já passou da hora de dar atenção ao tema**

POR ROSEMEIRE GUIDONI

Diante de tantas questões econômicas, sociais e sanitárias urgentes, a aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em setembro de 2020, acabou não sendo encarada pelos brasileiros com a devida importância. Porém, mesmo que indiretamente, os temas relacionados à privacidade afetam a todos, tanto pessoas físicas quanto jurídicas.

De posse de dados privados, um criminoso pode colocar em prática diversas ações ilícitas. Exemplos típicos e recentes do mau uso não faltam. Um deles foi o roubo de contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que afetou inúmeros brasileiros no ano passado.

Como parte das ações emergenciais adotadas pelo governo para ajudar as pessoas afetadas pela pandemia, a Medida Provisória 946/2020 autorizou o saque do fundo, no valor de até R$ 1.045,00 por trabalhador, considerando suas contas ativas e inativas. Para fazer a retirada, bastava informar o CPF e um e-mail válido no aplicativo Caixa Tem. Ou seja, qualquer pessoa podia se cadastrar, usando um dado pessoal de terceiros e um endereço eletrônico qualquer, inclusive criado em serviços gratuitos e sem checagem e, com isso, ter acesso a informações sobre o saldo do verdadeiro titular.

Em outubro de 2020, auge da prática criminosa, a perda mensal girava em torno dos R$ 2 milhões. O golpe foi amplamente divulga-

do na mídia, mas não foi suficiente para minimizar ações ilegais baseadas no uso indevido de dados de terceiros.

"Você sabia que, de posse do uso de suas informações básicas – algumas delas, inclusive, públicas – qualquer um pode comprar um serviço ou criar uma conta falsa?", questionou o professor Lucas Wanner, do Instituto de Computação da Unicamp e coordenador dos cursos de extensão da universidade.

Segundo ele, o roubo de identidade é um dos principais crimes cometidos com o uso de dados de terceiros. "Com o CPF ou CNPJ, nome, endereço e talvez outras informações disponíveis na *internet* para que qualquer pessoa consulte, é possível solicitar um cartão bancário, contratar um serviço ou até mesmo abrir uma conta bancária, que é o que ocorre com as contas dos chamados "laranjas", ou seja, pessoas que têm o nome e documentos usados indevidamente, muitas vezes sem que tenham conhecimento", disse ele.

## Megazamento expôs dados de milhões de brasileiros

Mesmo após a entrada em vigor da LGPD e todos os alertas para que as pessoas (físicas ou jurídicas) passassem a ter mais cuidado com seus dados e com registros armazenados de terceiros, em janeiro, os brasileiros foram vítimas de um megavazamento de informações, que expôs pelo menos 223 milhões de CPFs e 40 milhões de CNPJs.

De acordo com Marco DeMello, fundador e CEO da PSafe, empresa de segurança digital que identificou o problema, milhões de informações sensíveis foram vazadas, o que demonstra a vulnerabilidade dos sistemas usualmente adotados pelas empresas.

A PSafe procurou investigar o caso e identificar a origem. Por isso, uma equipe da empresa conversou com o criminoso, que aparentemente não é brasileiro, mas estava vendendo cada mil registros por US$ 100, pagos em *bitcoin*.

Wanner, no entanto, lembra que muitos destes dados são públicos. Ou seja, qualquer pessoa que colocar o seu nome ou CNPJ na internet conseguirá algumas informações. "O grande problema é quando o criminoso começa a montar um quebra-cabeças, juntando, por exemplo, nome, CPF, endereço, foto e outros dados", explicou. Com tais informações, é possível fazer compras fraudulentas, pedir um cartão de crédito ou abrir uma conta bancária falsa.

Outro grande risco é a invasão de sistemas, pessoais ou corporativos. Com a posse de fotos ou registros de localização (de aplicativos GPS) é possível chantagear os titulares, que não querem os dados expostos. Além disso, o acesso aos sistemas da empresa pode colocar em risco outras informações e até detalhes financeiros corporativos.

É um risco ao qual gestores de empresas e funcionários com permissão ao acesso de dados sensíveis estão expostos. Aliás, com a pandemia e a grande quantidade de pessoas trabalhando em *home office*, o perigo aumentou, pois é muito difícil controlar redes privadas (na residência dos colaboradores) e os seus acessos.

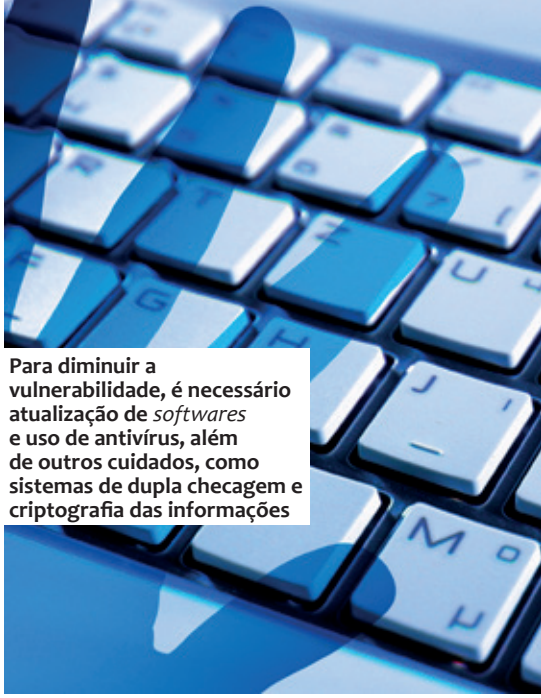
Embora o *home office* possa afetar os postos revendedores em menor intensidade, já que o negócio depende da operação presencial, também há riscos. Afinal, a gestão remota é uma realidade e muitos empresários e seus gerentes não estão presentes diariamente no posto, especialmente no caso de redes com várias unidades. "Ao acessar o sistema do posto da rede de casa, sem que os *softwares* de todos os equipamentos estejam atualizados, ou de uma rede pública, a vulnerabilidade é maior", explicou Wanner.

Os riscos são vários: roubo e uso indevido de dados de clientes, acesso a transações financeiras e informações privadas da empresa, conhecimento de dados pessoais do usuário. "Os golpes podem não ser apenas virtuais. Se o criminoso tiver acesso aos dados de localização do empresário e conseguir identificar uma rotina (por exemplo, o caminho de retorno para casa ou de ida ao banco, em determinado dia da semana), isso poderá ser utilizado para forjar um sequestro ou roubo", alertou o especialista.

## Tenha atenção aos cuidados

A atualização de *softwares* e o uso de antivírus é fundamental, mas não resolve o problema. Para preservar os dados, cuidados extras são necessários. Por exemplo, sistemas de dupla checagem para o acesso aos registros e criptografia das informações.

Em *live* da Associação Brasileira da Indústria de Equipamentos para Postos de Serviços



Para diminuir a vulnerabilidade, é necessário atualização de *softwares* e uso de antivírus, além de outros cuidados, como sistemas de dupla checagem e criptografia das informações

(Abieps), o especialista Marcello Cyrino orientou o segmento sobre os principais cuidados relativos à LGPD. "É fundamental que o mercado tenha ciência da LGPD e seus impactos, pois milhares de pessoas passam pelo posto e seus dados (das transações) são passíveis de vazamento. Por isso, devem ser tratados conforme a lei. A responsabilidade é muito grande e o impacto, em caso de vazamento de dados, enorme. As multas variam de R$ 50 milhões a 2% do faturamento bruto anual, por infração", destacou.

## Confira as orientações do especialista:

✔ analise quais os dados dos clientes que realmente são necessários para a operação. Será que é preciso armazenar informações como número de cartão, nome ou CPF? Dependendo da transação, o ideal é não manter as informações registradas, ou conservar apenas as que realmente façam diferença para o negócio, como combustível mais vendido, opção pelo meio de pagamento, horário com maior índice de abastecimentos, entre outras;

✔ a lei se aplica a todos os dados, mesmo os armazenados anteriormente à entrada da legislação em vigor. Distribuidores também são responsáveis pelo respeito à privacidade dos dados, por isso será necessário um cuidado prévio;

✔ planilhas em computadores também devem ser preservadas com maior cuidado e restrições ao acesso, uma vez que há o risco de vulnerabilidade por parte dos *softwares*;

✔ dados de funcionários ou candidatos a emprego também integram as informações que precisam ser protegidas. O RH é um dos departamentos com maior responsabilidade, pois tem todos os registros. O arquivamento das informações deve ser feito mediante consentimento;

✔ todas as áreas corporativas são impactadas pela LGPD, já que se relacionam; portanto, o treinamento é essencial. De qualquer forma, é primordial que a empresa (no caso, o posto) entenda qual a necessidade de coleta de determinados dados e a finalidade de cada um deles, armazenando apenas o que for necessário para a operação ou *marketing* – lembrando, sempre, que o titular deve ter ciência da finalidade dos dados e de seu armazenamento;

✔ empresas precisam ter um responsável pela gestão de dados, de acordo com o artigo 41 da LGPD. Pode ser um indivíduo ou um departamento, mas que tenha ciência da necessidade das boas práticas e faça o monitoramento contínuo, pois os dados são coletados constantemente;

✔ essa pessoa (ou departamento) precisa ser a interface entre os titulares dos dados e eventuais denúncias. Pode ser uma consultoria ou profissional terceirizado, especialmente quando esse não é o *core business* da empresa, como no caso dos postos;

✔ é preciso ter a máxima transparência sobre os dados. Armazene apenas os que forem importantes para a operação e mantenha o seu cliente ciente desse armazenamento;

✔ se houver qualquer problema de vazamento de informações, é obrigação das empresas informarem os clientes, para que tomem providências. Por exemplo, no caso de empresas que armazenam o registro de número de cartões de clientes, estes precisam saber que houve acesso não-autorizado, para que alterem senha ou solicitem o cancelamento.

## E quando o revendedor é vítima?

Da mesma maneira que seus clientes podem sofrer danos em função do vazamento de informações pessoais, o posto, ou seus sócios, também podem ser vítimas. Nesse caso, é importante ter atenção a eventuais cobranças por serviços ou produtos não adquiridos, checando se não existem dívidas ou pendências no nome da pessoa (física ou jurídica).

Caso o empresário perceba que houve uso indevido de seus dados, vale denunciar o problema à Autoridade Nacional de Proteção

Pixabay

de Dados (ANPD), que passará a aplicar multas no segundo semestre de 2021, e também procurar a entidade financeira responsável pela cobrança indevida.

Já no caso de chantagem por dados, a recomendação é de que a vítima nunca negocie com criminosos. "Se o indivíduo faz um pagamento para que determinada informação não seja divulgada, pode ser que a chantagem seja feita pela segunda ou terceira vez", alertou Wanner. Em tais situações, o indicado é denunciar à autoridade competente.

## Corresponsabilidade: o que é isso?

De acordo com Cyrino, essa é uma zona "cinza". "Se não estiver claro onde ocorreu o vazamento, será preciso uma análise para identificar as responsabilidades", explicou. Porém, segundo ele, se houver algum tipo de vazamento sem que a origem seja identificada, é fundamental que a empresa envolvida comprove que já faz o tratamento adequado de dados.

Um exemplo disso foi o recente vazamento de dados do aplicativo Abastece Aí, da Ipiranga. No início de março, o Instituto Brasileiro de Defesa da Proteção de Dados Pessoais (Instituto Sigilo) denunciou que as informações dos usuários que se cadastram no *app* estariam sendo usados para abertura de conta no banco BV, sem prévio consentimento ou autorização dos clientes.

O instituto pediu, na ocasião, que o aplicativo fosse interrompido temporariamente até a cessação do compartilhamento indevido, sob pena de multa diária de R$ 20 mil. Além disso, a Ipiranga e o Banco BV, segundo a entidade, seriam condenados a indenizar os usuários que tiveram seus registros utilizados, indevidamente, em R$ 15 mil cada.

Para Cyrino, embora o tema ainda seja bastante novo, fica claro que a responsabilidade (e, consequentemente, a autuação) deve recair sobre os agentes que se beneficiam dos dados. "Quem tem alguma vantagem com as informações recolhidas indevidamente é quem deveria ser penalizado em caso de vazamento", destacou. Neste caso específico, entretanto, é difícil entender quem mais se beneficia, pois o aplicativo e a distribuidora têm interesse nos dados dos clientes dos postos, além de eventuais parceiros do *app*, como o BV.

O banco, inclusive, destacou em nota que "nos termos da legislação vigente, o cliente da Abastece Aí fornece as autorizações devidas para que seus dados sejam compartilhados com o banco BV, de forma a possibilitar a correta prestação dos serviços contratados entre as partes. Ainda, destaca que se trata de prestação de serviços devidamente regulamentada pelo Banco Central do Brasil e para os quais o banco BV é devidamente autorizado e habilitado".

## Transparência e atenção

Essa situação demonstra que, seja no caso do armazenamento de dados de terceiros, seja no tratamento de suas informações privadas, é sempre importante ter atenção às autorizações. Por exemplo, ao fazer o *download* de um aplicativo de fotos, por que dar acesso aos contatos? Ou, ao baixar um GPS, por que permitir que o *app* acesse a galeria do celular?

Tais autorizações, muitas vezes, são feitas pelo usuário de forma automática – possivelmente como os clientes do Abastece Aí fazem ao autorizar o acesso do BV aos dados. Por isso, é preciso, cada vez mais, ter atenção às permissões, especialmente no caso de pessoas que podem entrar em sistemas sensíveis da empresa, como os gestores ou gerentes.

Se um aplicativo pede acesso aos contatos de seu gerente, que por sua vez tem acesso ao banco de dados de sua empresa, existe uma vulnerabilidade muito grande. Assim, é preciso investir em bons *softwares* e sistemas de dupla checagem para autenticação dos dados, a exemplo dos *apps* de bancos em que, antes de qualquer operação, é necessário usar a senha pessoal e outro meio de confirmação, como *token* ou biometria. A conscientização sobre o nível de risco é fundamental. ■

# Pix: golpes começam a surgir

**Com o aumento das transações financeiras *online* devido à pandemia, já começaram a surgir os golpes do Pix. Febraban e instituições financeiras deram orientações para que usuário não seja a próxima vítima**

POR ADRIANA CARDOSO

Desde que foi lançado oficialmente, em novembro de 2020, até meados de março, o Pix já movimentou mais de R$ 508 bilhões. Foram mais de 653 milhões de transações pelo sistema de pagamentos instantâneos e, conforme dados do Banco Central (BC), já são mais de 73,2 milhões de usuários, entre pessoas físicas e jurídicas.

Com fluxo tão intenso, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) já alertou para a possibilidade de golpes virtuais na praça, especialmente em tempos de pandemia, em que esse tipo de operação se amplia.

Em fevereiro, a entidade divulgou, dentro de uma ação conjunta com parceiros como o Banco Central, associações, empresas e as polícias Civil e Federal, os principais golpes na praça envolvendo o Pix. Não foi revelado, no entanto, o volume de fraudes envolvendo o novo sistema.

Entre as principais tentativas de golpes registradas por instituições financeiras, está o *phishing*, que é a técnica para "pescar" informações confidenciais dos indivíduos, como senhas e números de cartões. Para isso, os criminosos digitais utilizam-se principalmente do WhatsApp.

Na opinião do vice-presidente de Economia e Finanças da Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Ailton Leite, as fraudes no Pix são apenas mais um elemento para as quadrilhas tentarem usar. "Os golpes se renovam. Antigamente era o boleto falso, depósito em conta falsa. Por isso, os usuários devem ter cuidado sempre, pois o Pix ainda é um sistema novo e as instituições financeiras estão aperfeiçoando a segurança", disse.

## Recomendações

De modo geral, a Febraban orienta que os usuários tomem todos os cuidados quando vão realizar qualquer operação financeira, ou seja, deve-se verificar os dados do recebedor e cadastrar as chaves Pix somente nos canais oficiais dos bancos.

Além disso, a entidade recomenda atenção ao usar seu celular ou acessar as redes das empresas. No caso da revenda,

é bom alertar os seus funcionários sobre os riscos.

### Pagamento instantâneo

O grande apelo do Pix é o pagamento quase instantâneo (leva 10 segundos para cair na conta do recebedor, se a conexão de internet ajudar).

Para Leite, o Pix tem muitas vantagens pela facilidade e agilização das transações, em detrimento de boletos e cartões de crédito e débito, pelos quais o dinheiro demora a cair mais na conta e ainda cobra tarifas exorbitantes.

No entanto, ainda que a expectativa do Banco Central, quando instituiu o serviço, seja a redução das despesas, no caso de pessoas jurídicas, é preciso avaliar os custos da operação nas instituições financeiras.

"Pode haver cobrança de tarifas em decorrência de contratação de serviços acessórios complementares. Essas tarifas são livremente definidas pelas instituições e negociadas com seus clientes", explicou o executivo.

Portanto, a questão é custo/ganho. Como tudo na vida, o revendedor deve botar na ponta do lápis e ver o que vale mais a pena.

Uma dica, segundo Leite, é transferir para o cliente uma parte dos ganhos com a eliminação de tarifas dos cartões.

"Além disso, essa operação elimina muitos trabalhos internos na área financeira e de contabilidade, o que, além de reduzir custos por dar mais agilidade, facilita a gestão do fluxo de caixa", avaliou.

## Pix Cobrança é adiada novamente

Antes prevista para ter início em 15 de março, o Banco Central adiou mais uma vez a implantação do Pix Cobrança com vencimento em datas futuras. Agora, a nova funcionalidade está prevista para começar a funcionar em 14 de maio. Não foi informado o motivo do adiamento.

A mudança está prevista nas Instruções Normativas BCB nº 43 e nº 49, que trata da homologação de QR Codes e Pix Cobrança para pagamentos com vencimentos futuros. Lembrando que já é possível gerar o código QR paga pagamentos imediatos.

De acordo com a instrução normativa, os usuários do Pix que já ofertam o Pix Cobrança para pagamentos imediatos terão até 30 de abril para concluir as etapas de validação do código QR.

### Problemas

Apesar da promessa de agilidade no sistema, problemas podem ocorrer. Suponhamos que o cliente vá pagar a conta e ocorra uma instabilidade no sistema ou na *internet*.

"Se houver esse tipo de problema, outra solução deve ser apresentada. Ou o pagamento é feito no cartão, ou de outra forma. Enfim, deve-se oferecer ao cliente alguma outra opção", avaliou o executivo.

## Principais golpes

✓ **Clonagem do WhatsApp** – Basicamente esse crime consiste no envio de uma mensagem pelo WhatsApp, pela qual o criminoso envia uma mensagem fingindo ser uma empresa na qual a vítima tem um cadastro. Eles enviam um código por SMS, afirmando se tratar de uma atualização, manutenção ou confirmação de cadastro. A partir do código, eles replicam a conta do WhatsApp em outro celular e enviam mensagens para os contatos da pessoa pedindo dinheiro emprestado por transferência via Pix.

**Prevenção –** Para evitar que o WhatsApp seja clonado, habilite no aplicativo a opção "Verificação em duas etapas" Configurações/Ajustes > Conta > Verificação em duas etapas. Esse atalho permite que seja cadastrada uma senha que será solicitada periodicamente pelo app. Essa senha não deve ser enviada para outras pessoas ou digitadas em *links* recebidos.

✓ ***Phishing* (engenharia social)** – Também por meio do WhatsApp, o criminoso escolhe a vítima, pega sua foto em redes sociais e, a partir daí, obtém números de celulares de contatos da pessoa. Com outro número, envia mensagens para familiares e amigos da vítima, dizendo que teve de trocar o número por algum problema. Com esse argumento, pede transferência via Pix ,dizendo estar numa situação de emergência ou algo assim.

**Prevenção –** Como se trata de um crime de clonagem de WhatsApp, a Febraban alerta para que se evite expor dados nas redes sociais. E, ao receber mensagens de algum número novo, deve-se certificar de que se trata mesmo da pessoa. De modo geral, é preciso desconfiar de quem envia mensagens pedindo dinheiro.

✓ **Falso funcionário de banco e falsas centrais telefônicas –** Neste golpe, o fraudador entra em contato com a vítima se passando por um falso funcionário do banco ou empresa com a qual o cliente tem um relacionamento ativo. O criminoso oferece ajuda para que o cliente cadastre a chave Pix ou ainda diz que o usuário precisa fazer um teste com o sistema de pagamentos instantâneos para regularizar seu cadastro, induzindo-o a fazer uma transferência bancária.

**Prevenção –** O protocolo de segurança é: instituições financeiras jamais pedem dados pessoais de clientes nem funcionários ligam para fazer testes com o Pix. Na dúvida, procure o seu banco.

✓ ***Bug* do Pix –** No golpe do *bug*, uma falha que ocorre ao executar algum sistema eletrônico, os criminosos compartilham mensagens e vídeos pelas redes sociais afirmando que, graças a um *bug* no Pix, é possível ganhar o dobro do valor que foi transferido para chaves aleatórias. Mas, ao fazer esse processo, a vítima está enviando dinheiro para golpistas.

**Prevenção** – O Banco Central já alertou em seu *site* que não há qualquer *bug* no Pix, e a Febraban alerta para que os clientes desconfiem de mensagens que prometem dinheiro fácil.

## Pix no Abastece aí

Desde o ano passado, o Pix está funcionando no Abastece Aí, da Ipiranga. Com o sistema cadastrado no aplicativo, o usuário poderá fazer pagamento (usando a chave cadastrada ou o QR code) e, também, transferir dinheiro.

Com o serviço, o *app* deixou de ofertar apenas – nas palavras da própria empresa – descontos na compra de combustíveis e outros produtos e serviços nos postos Ipiranga. Agora, "passou a ser uma empresa que oferece uma plataforma completa de serviços, incluindo contas de pagamentos digitais para clientes, além de descontos e *cashback*", que são depositados em carteiras digitais e posteriormente utilizados, inclusive em parceiros.

A partir desse movimento, o Abastece Aí e o Programa KM de Vantagens deixaram de ser parte da Ipiranga e formaram uma empresa independente, que funciona sob a marca Abastece Aí.

Até o momento, não foram muitas revendas de combustíveis que, isoladamente, aderiram ao sistema, segundo Leite, da Anefac.

Instalação de *lockers* tende a crescer no país e postos podem ser favorecidos com a nova opção para rentabilizar o negócio

Agência Brasília/ Vinícius de Melo

# *Lockers* no posto: oportunidade ou risco?

**Com o prolongamento da pandemia, cada vez mais o setor logístico investe em soluções para entregas sem contato direto com o cliente. Uma das opções, os *lockers* (ou armários inteligentes), pode ser adotada em lugares de grande fluxo de clientes, como os postos**

POR ROSEMEIRE GUIDONI

Não há dúvida de que a pandemia trouxe desafios para o setor de revenda de combustíveis, desde problemas decorrentes da queda de vendas até questões relacionadas à sobrevivência do negócio e ideias de inovação. Com o agravamento da crise e o negócio em risco (veja mais na página 38), encontrar alternativas para rentabilizar o espaço disponível é essencial.

Uma das possibilidades, que ocupa pouco espaço, pode render o aluguel da área e trazer maior fluxo de clientes para o posto é a instalação de *lockers*, ou armários inteligentes. A iniciativa chegou ao setor em 2018, com a Via Varejo, que instalou os dispositivos em alguns postos do Rio de Janeiro e de São Paulo, em parceria com a Ipiranga.

Agora, em 2021, quem anunciou o novo formato de entregas foi a B2W Digital, dona das marcas Americanas, Submarino, Shoptime e Sou Barato. A empresa, que já tinha 81 armários inteligentes para retirada de mercadorias até o final do ano passado, pretende aumentar esse número para 300 unidades, que serão instaladas em locais com grande fluxo de pessoas, como estações de metrô, *shoppings* e postos de combustíveis. Questionada sobre detalhes como forma de remuneração do ponto, responsabilidades pela mercadoria e ações de segurança, a B2W não re-

tornou até o fechamento desta edição, no fim de março.

Este modelo de entrega de mercadorias ganhou força com o crescimento das operações de *e-commerce* durante a pandemia. "No ano passado, as compras em canais digitais cresceram o equivalente ao que seria esperado em cinco anos", disse Luiz Carlos Barbosa Júnior, professor de pós-graduação do Centro Universitário Senac e especialista em *marketing* digital.

Um dos principais estudos sobre o comportamento de compras *online* comprova a informação de Barbosa. De acordo com o último relatório WebShoppers, realizado pela Ebit e pela Nielsen, o mercado de compras digitais cresceu 47% durante a pandemia, faturando R$ 38,8 bilhões.

## Entenda o conceito dos *lockers*

O impacto do crescimento do *e-commerce* se reflete, nos postos, especialmente no consumo de diesel, já que o principal modal de entregas no Brasil é o rodoviário. A possibilidade de instalar um *locker* (seja armário inteligente, seja um depósito maior) no espaço do posto também é uma solução que tem sido muito usada por embarcadores. Até mesmo os Correios já instituíram essa modalidade de entrega, em outubro do ano passado. Para o posto, a vantagem é o fluxo de clientes maior e a possibilidade de cobrança de aluguel.

O sistema é interessante, especialmente, no caso de postos localizados em cidades menores, em áreas rurais nas quais há dificuldade para a entrega de mercadorias, ou próximos a comunidades, consideradas pelos gestores de risco como áreas perigosas. Nesse caso, o cliente compra o produto e escolhe o endereço de retirada mais próximo - que pode ser o posto.

O desbloqueio do armário é feito por QR Code, por meio de código enviado pelo vendedor e o uso do celular do cliente. Os armários também podem ser usados para operações de logística reversa, ou seja, para troca ou devolução de mercadorias. Para o consumidor, a vantagem é a conveniência, já que os *lockers* costumam ser instalados em áreas iluminadas, com facilidade de estacionamento, operação 24 horas e segurança.

Pixabay

## Existem desvantagens?

Embora o modelo seja, aparentemente, interessante, o posto precisa ter cuidado. Afinal, assim como os caixas eletrônicos, que em um passado recente foram retirados de muitas lojas de conveniência, pelo risco de assaltos, os armários também podem representar o mesmo perigo, uma vez que criminosos podem supor que contêm objetos de valor.

"Acredito que esse tipo de negócio seja uma oportunidade para empresas com área disponível e que desejam rentabilizar o espaço. No entanto, toda a operação, inclusive responsabilidades, deve estar prevista em contrato", alertou Barboza.

De acordo com o especialista, os postos de serviços já sediam não somente espaços pequenos, como o necessário para a instalação de *lockers*, como também áreas maiores, para a retirada de materiais de construção, por exemplo. "Existem atacadistas que vendem *online* e usam esse recurso para reduzir custos logísticos. Assim, o cliente se encarrega de retirar o produto no local predeterminado, o que simplifica a operação para o transportador. Na cidade de São Paulo já vi até mesmo *stand* de venda de imóveis instalado na área do posto. Os espaços físicos precisam ser repensados e, quem tem área disponível, deve usar a criatividade", destacou. ■

Preço alto do etanol, queda nas vendas dos combustíveis pela pandemia e outros fatores marcaram o mês de março

Claudio Ferreira

# A gangorra do etanol

**Biocombustível brasileiro viveu sobe e desce de preços no ano passado e começou 2021 em alta, o que o fez perder a paridade com a gasolina. No entanto, setor acredita na recuperação, especialmente nos estados onde o biocombustível consegue ser mais competitivo**

POR ADRIANA CARDOSO

O preço do etanol começou o ano em alta, acompanhando a gasolina, que teve sete reajustes nas refinarias no início de 2021 (até a terceira semana de março), sendo seis aumentos e uma queda. Esse cenário fez com que o biocombustível perdesse competitividade frente à gasolina, mas a tendência é que esse movimento se reverta com uma queda maior do preço do combustível fóssil.

Conforme dados da última pesquisa de preços da ANP, da semana de 14 a 20 de março, na maioria dos estados o preço médio do etanol ultrapassava a barreira dos R$ 4 o litro.

Somente em São Paulo, onde o biocombustível hidratado tem ICMS mais baixo, o valor médio do litro do produto estava em R$ 3,981, enquanto o da gasolina estava em R$ 5,318, o que fazia com que a paridade de preços ficasse em 74,85%. Lembrando que, para ser competitivo, uma vez que o rendimento energético do etanol é mais baixo que o da gasolina, o produto deve equivaler ao menos a 73% do valor da gasolina.

O estado mais competitivo para o etanol no período de levantamento da ANP era Minas Gerais, onde os preços médios estavam em R$ 5,773 (gasolina) ante R$ 4,219 (hidratado) e a paridade estava em 73,08% (lembrando que em Minas também há incentivos ao biocombustível).

De janeiro a 20 de março, o valor médio da gasolina subiu R$ 8,46 e o do etanol, R$ 8,56.

Para Antonio de Pádua Rodrigues, diretor-técnico da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), os preços são "consequência da realidade do mercado na busca de um equilíbrio entre oferta e demanda".

"A precificação é afetada por diversos fatores, incluindo o período de entressafra da cana-de-açúcar, a recomposição operacional dos es-

toques das distribuidoras, o valor da gasolina e as cotações do dólar", explicou Pádua.

Por sua vez, Martinho Ono, CEO da SCA Corretora de Álcool, disse que os preços já estão caindo. "O etanol subiu R$ 1/litro nas usinas no período de um mês, mas já começou a cair. O que acontece é que as distribuidoras compraram etanol hidratado na entressafra, pagando mais caro. E, como veio a segunda onda da pandemia, os estoques estão represados", explicou.

Diferentemente do que acontece no mercado de gasolina, em que a Petrobras vai bombeando o produto diariamente, as distribuidoras compram etanol com antecedência. Assim, segundo Ono, agora os estoques estão mais altos e devem ser aliviados quando houver a reabertura da economia.

Dados da Unica mostram que, embora tenha havido menor produção na safra 2020/2021, o estoque do biocombustível, no início de março, permanecia acima do registrado em igual período de 2020, devido à pandemia. Em 1º de março deste ano, o estoque de etanol anidro fechou 5,47% acima do volume observado na mesma data do ano anterior. O estoque do hidratado superou 11,48%.

## Vendas Centro-Sul

Em fevereiro, as vendas de etanol das usinas da região Centro-Sul, a maior produtora do país, foram de 2,45 bilhões de litros. Desses, 2,28 bilhões foram destinados ao mercado interno.

Conforme dados da Unica, a comercialização do produto, na primeira quinzena de fevereiro, havia crescido 5,81%. Mas, como houve queda nas vendas na segunda quinzena, devido à paralisação em muitas localidades no país como consequência do agravamento da pandemia de Covid-19, no total do mês foi registrada queda de 0,39%.

## Safra 2020/2021

Com a safra 2020/2021 no final, a moagem de cana-de-açúcar na segunda quinzena de fevereiro atingiu 668,98 mil toneladas e, no acumulado desde o seu início, totalizou 598,79 milhões de toneladas.

"Deveremos fechar a safra 2020/2021 com moagem próxima a 605 milhões de toneladas", concluiu o executivo da Unica.

No período do início da safra 2020/2021 até 1º de março, a produção de etanol somou 29,7 bilhões de litros, sendo 9,71 bilhões de litros de etanol anidro e 20 bilhões de hidratado.

Apesar de todas as dificuldades ocasionadas pela pandemia no ano passado, a recuperação do barril do petróleo no mercado internacional e o câmbio extremamente desvalorizado contribuíram para que o etanol tivesse boa recuperação de preço a partir de agosto e, ao fim, o ano foi melhor que o esperado.

"Claro que o etanol não teve a pujança da safra 2018/2019, mas, para a nossa surpresa, a demanda ficou dentro do tamanho da oferta que tínhamos do produto no ano passado", disse.

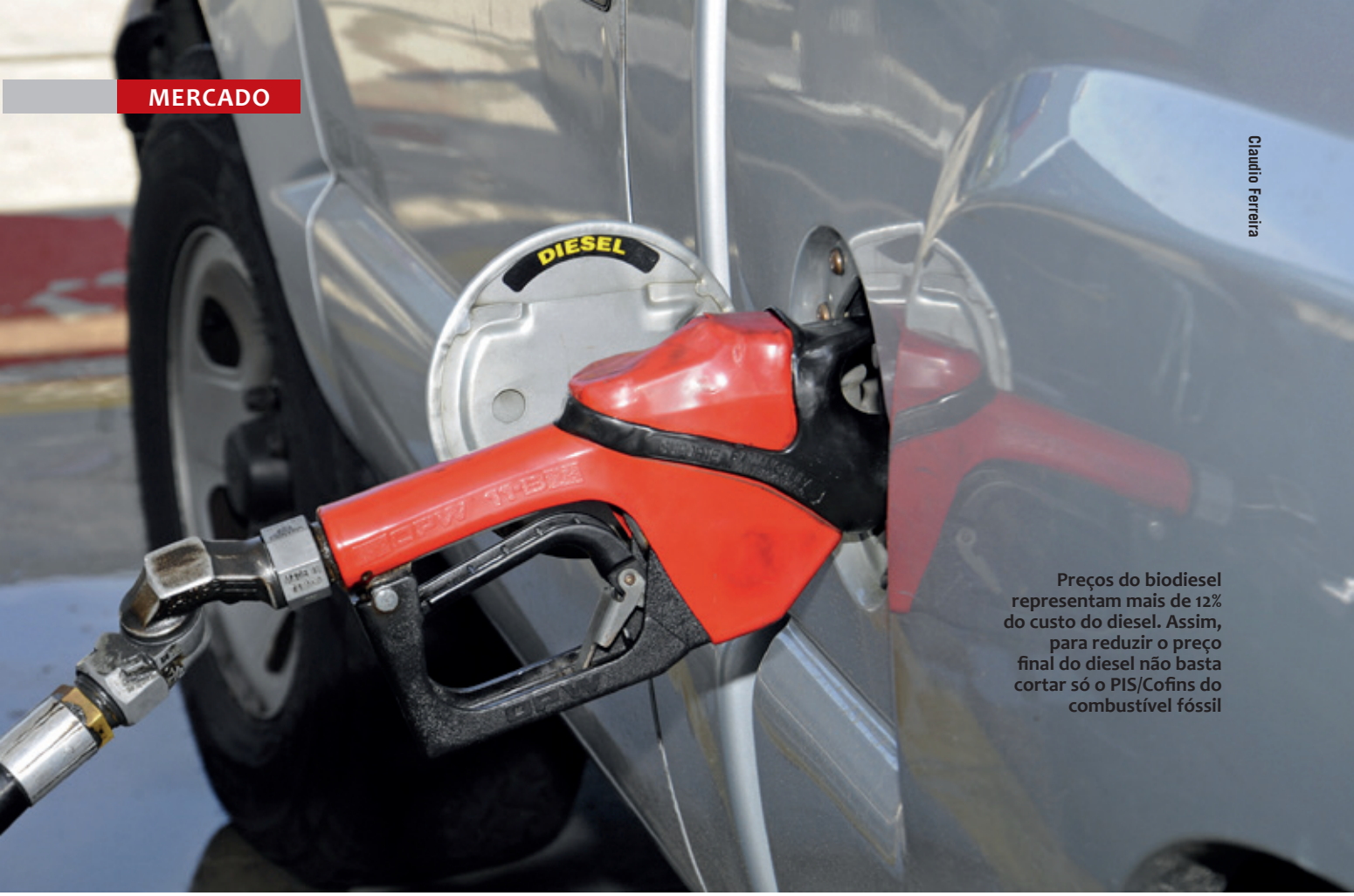
## Expectativas para a nova safra

Em 2020, o dólar alto contribuiu para as usinas compensarem as perdas com o etanol exportando mais açúcar, uma vez que o câmbio foi mais favorável às vendas no mercado externo. O setor sucroenergético nacional exportou, em 2020, 30,8 milhões de toneladas de açúcar, o que representa um crescimento de 72% em relação a 2019. Este ano, a aposta do setor deve ser a mesma.

Segundo Pádua, o *mix* de produção da safra 2021/2022, que começa em abril, deve ser muito parecido ao do ano passado, com 55% da cana-de-açúcar destinada ao etanol. Antes, porém, a cadeia vai observar os efeitos que a estiagem e os incêndios ocorridos em 2020 tiveram no desenvolvimento da cana-de-açúcar, para que possam, enfim, determinar como será a produção.

Outro fator é que a pandemia paralisou a produtividade de algumas usinas. Em março passado, havia 87 unidades produtores em operação, ante 50 este ano. Porém, isso não afetou a oferta de etanol ao mercado, uma vez que os estoques estão elevados. A expectativa da Unica é que, em abril, outras 124 empresas iniciem a moagem.

Embora o ano esteja difícil, a cadeia espera uma recuperação do Ciclo Otto, especialmente a partir do segundo semestre, quando a vacinação contra a Covid-19 já estiver um pouco mais avançada. "Perdemos 7% de demanda e a nossa expectativa é de uma recuperação de 6% a 7% no calendário 2021/2022", disse Martinho Ono. ■




Claudio Ferreira

Preços do biodiesel representam mais de 12% do custo do diesel. Assim, para reduzir o preço final do diesel não basta cortar só o PIS/Cofins do combustível fóssil

# Biodiesel mais uma vez preocupa o mercado

**Além de todas as questões relacionadas à qualidade do produto e à incompatibilidade dos teores acima de 10% com os programas de restrições de emissões, a tributação e o custo do biodiesel, que encarecem o diesel B, também preocupam o mercado**

POR ROSEMEIRE GUIDONI

Diante de todas as discussões envolvendo o preço do diesel, que em 1º de março teve a cobrança de PIS/Cofins zerada, o preço e a tributação do biodiesel ficaram em evidência. Como é do conhecimento do setor, os impostos previstos pelo Decreto Federal 10.638 incidem sobre o diesel A, vendido pelas refinarias, e não no diesel B, comercializado nas bombas. Ou seja, ainda existe cobrança de PIS/Cofins, referente aos 13% de biodiesel que é adicionado ao diesel A, para cumprir a mistura obrigatória.

O desconhecimento dos consumidores sobre a composição do preço do diesel tem gerado denúncias infundadas e até motivado *fake news* sobre o tema (veja mais na página 38), causando mais dor de cabeça aos revendedores, já sobrecarregados por diversos problemas.

Aliás, não é de hoje que o biodiesel representa um problema para os postos. Desde quando a mistura se tornou obrigatória, em 2008 (com o B2) e aumentou para o B5, em 2010, várias dificuldades surgiram pelo reflexo de suas características na qualidade do

diesel. A cada elevação de teor, a revenda passou a enfrentar novos desafios. Com a entrada em vigor dos 13% na mistura obrigatória, o setor convive com duas questões importantes: preço e qualidade.

"Não somos contrários ao biodiesel, mas o setor precisa evoluir na questão da qualidade e o preço não deve ser uma barreira", destacou o presidente da Fecombustíveis, Paulo Miranda Soares, quando, no ano passado, houve um retrocesso no cronograma de elevação do teor por falta da matéria-prima no país. Na ocasião, os produtores de soja optaram por exportar o principal insumo de produção de biodiesel pelo preço mais valorizado no exterior, o que refletiu em escassez do biodiesel e aumento significativo de preço do biocombustível no mercado interno. Outro reflexo deste cenário foi a redução do biodiesel no teor da mistura pela ANP em dois leilões no ano passado.

## Biodiesel representa mais de 12% do custo do diesel B

Neste ano, mesmo com a pressão sobre os preços do diesel pelos caminhoneiros, em março, o teor do biodiesel passou a 13%, seguindo o cronograma de ampliação estabelecido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), conforme a Resolução 16/2018. A iniciativa do governo de isenção dos tributos do diesel A (60 dias) na tentativa de reduzir o preço para agradar aos caminhoneiros não surtiu o efeito esperado, o que colocou em discussão o preço e os tributos do biocombustível.

Em 5 de março, a Confederação Nacional do Transporte (CNT) divulgou, inclusive, uma nota técnica se posicionando de forma contrária ao aumento de percentual. No documento, a entidade destaca que "o óleo diesel tem forte impacto entre os insumos que compõem a cadeia de custos do transporte rodoviário. Lidar com o aumento exponencial do seu principal insumo é um dos desafios enfrentados pelo segmento, ou seja, tanto por parte de empresas de cargas e passageiros quanto de caminhoneiros autônomos". Depois de explicar a composição de preços do diesel, a nota ressalta: "como forma de redução imediata do preço do óleo diesel, mas sem impactar questões fiscais, tem-se a possibilidade de redução do nível do biodiesel".

O documento também alerta que, segundo dados da ANP, o biodiesel responde por uma faixa entre 12,1% e 12,4% do preço final do diesel. Na conclusão do estudo, a CNT sugere a redução do teor de biodiesel no óleo diesel "em pelo menos metade do nível atual, sem deixar de lado a possibilidade de esse nível ser zerado por determinado período, a fim de que haja uma significativa redução do preço nas bombas de combustível".

A proposta desagradou o setor produtivo, que buscou apoio junto ao Ministério de Minas e Energia (MME). André Nassar, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), afirmou que a redução da mistura, para controle de preços, não está sendo cogitada. Até a data de fechamento desta edição, no início da segunda quinzena de março, o teor permanecia em 13%.

## Qualidade em xeque

Apesar de as especificações do produto já terem sido revistas, ainda existem diversos problemas de qualidade associados ao biodiesel. Isso faz com que, quanto maior o teor da mistura, mais elevado seja o risco de problemas nos equipamentos nos postos, nos veículos e, principalmente, em máquinas agrícolas e geradores (que permanecem longos períodos sem acionamento e acabam sofrendo as consequências do combustível degradado).

Divulgação/Embrapa

**Teor da mistura do biodiesel ao diesel passou para 13%, o que preocupa revenda. Quanto maior o teor, maior o risco de problemas**

No Brasil, a quantidade de biodiesel adicionado ao diesel é muito maior do que em outros países. Na Europa, por exemplo, o teor máximo é de 7% (B7). No Japão e na Índia, 5%. Já nos Estados Unidos, cada estado tem um teor distinto, com variações entre 6% e 20%. Por aqui, a expectativa é de que a mistura atinja 15% em 2023.

### ANP: programa de monitoramento

Para garantir a qualidade do produto, a ANP anunciou, no início de março, a realização de uma consulta pública, com o objetivo de implantar o Programa de Monitoramento da Qualidade do Biodiesel (PMQBio). Em nota à imprensa, a agência destaca que a iniciativa tem o objetivo de contribuir para a garantia da qualidade do produto ao longo de toda a cadeia de abastecimento.

O programa, similar ao novo Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), irá monitorar o cumprimento das especificações de qualidade, com o objetivo de assegurar que os combustíveis vendidos pelos agentes econômicos atendam aos limites exigidos para os parâmetros físico-químicos. Para tanto, está prevista a coleta de amostras aleatórias em distribuidoras de combustíveis e produtores de biodiesel, seguida de análises para a identificação de eventuais não conformidades.

O modelo proposto prevê a realização de, no mínimo, duas coletas anuais, através do financiamento privado dos agentes econômicos envolvidos. As amostras coletadas serão analisadas em laboratórios privados escolhidos por licitação a ser realizada pela ANP e contratados pelos agentes econômicos. A agência destaca que o programa não deverá apresentar impacto nos preços dos combustíveis ao consumidor. ■

## Quantidade insuficiente

Depois da escassez de biodiesel no ano passado, que levou a diminuição do teor, o CNPE autorizou, por meio da Resolução 9, publicada no Diário Oficial da União em 18 de novembro de 2020, a importação de óleo de soja, para garantir a oferta no leilão 77 (L77).

Em outubro do ano passado, a compra do insumo já havia aumentado 500%, de forma a garantir a disponibilidade do produto no mercado. Porém, com o início da colheita de soja a partir de janeiro, a necessidade de importação se reduziu. De qualquer maneira, considerando as bases atuais de consumo, a mistura B15 (prevista para 2023) deverá elevar a demanda por biodiesel para mais de 9,03 bilhões de litros, que é a atual capacidade instalada do setor produtivo.

As organizações que representam o mercado de biodiesel e óleos vegetais têm visões distintas acerca da medida. "A publicação da resolução da forma como está, sem trazer especificação de data, volume e prazo para a realização da importação, implica mudança de regras que geram instabilidades desnecessárias, prejudicando a previsibilidade e a segurança dos investimentos", expôs a Abiove.

Já a União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio) defendeu a medida, argumentando que a liberação de matéria-prima importada irá aumentar a competição e contribuir de forma concreta para reduzir os preços.

A redação inicial da resolução previa que a autorização para importar seria pontual. No entanto, o texto foi alterado pela Casa Civil e a ANP ficou encarregada de regular o uso de biodiesel produzido a partir de matéria-prima importada nos próximos leilões.

Além da possibilidade de biodiesel produzido a partir de insumos importados, a agência reguladora também promoveu uma mudança no formato dos leilões, a partir do L79, para incluir uma etapa de comercialização exclusiva para os produtores de pequeno porte detentores do selo biocombustível social.

Com a mudança, os certames passam a ter uma terceira etapa, dividida em duas fases (3A e 3B), na qual os distribuidores disputam os lotes de biodiesel ofertados pelos pequenos produtores. Na fase 3A, os participantes poderão adquirir biodiesel apenas dos produtores de pequeno porte detentores do selo biocombustível social, enquanto na etapa 3B poderão adquirir o saldo não negociado na Etapa 3A, juntamente com o volume ofertado pelas demais usinas detentoras do selo biocombustível social. As demais etapas do leilão seguem inalteradas.

# O que esperar da Petrobras?

**Interferência na gestão da empresa, com a troca de presidentes, acendeu o sinal de alerta sobre erros cometidos em governos anteriores, com a pressão dos caminhoneiros sobre os preços do óleo diesel. Afinal, qual deve ser o objetivo da Petrobras: cumprir seu papel social ou atender ao mercado?**

POR MÔNICA SERRANO E ROSEMEIRE GUIDONI

Os primeiros três meses de 2021 representaram uma verdadeira revolução para o setor de combustíveis. O ano começou sob ameaça de greve dos caminhoneiros que reclamaram do preço do diesel, devido aos reajustes nas refinarias da Petrobras. A pressão culminou com a tomada de decisão intempestiva do presidente Jair Bolsonaro, que demitiu o então presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, o qual deverá ser substituído pelo general Joaquim Silva e Luna, indicado pelo governo.

A primeira etapa de aprovação de Silva e Luna aconteceu em 16 de março, pelo Comitê de Pessoas do Conselho de Administração, que avaliou o preenchimento dos requisitos para o cargo. A eleição do novo presidente será realizada pelo Conselho de Administração na Assembleia Geral Extraordinária em 12 de abril.

Afinal, estamos revivendo o passado, com a intervenção do governo com a troca de gestão da Petrobras, em decorrência da política de preços dos combustíveis adotada pela companhia?

De acordo com Edmar de Almeida, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do Instituto de Energia da PUC-Rio, a percepção majoritária do mercado é de que houve intervenção pelos argumentos e pela forma turbulenta que o presidente da República tirou Castello Branco do cargo. "Quem deixou isso transparente foi o próprio presidente. Havia uma estratégia da diretoria da Petrobras em relação à política de preços, mas o governo não concordava com ela e, por isso, resolveu trocar o presidente da empresa", disse. "Agora, vamos ver qual vai ser a postura, na prática, da nova direção da Petrobras em relação aos preços, para saber se a mudança significa uma interferência externa ou se foi só um desentendimento político. Veremos qual a consequência disso", destacou.

Adriano Pires, sócio-fundador e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), avalia que o presidente ainda não interviu na Petrobras. "É um direito que ele tem como um acionista majoritário, mas o problema foi a forma intempestiva com que a troca ocorreu. O mercado reagiu com histeria", disse. "Tem que esperar o general assumir, ver a troca de diretoria para saber se vai mudar ou não a política de preços".

O setor financeiro reagiu mal. Após o presidente Jair Bolsonaro anunciar a indicação do novo presidente, a Petrobras per-

Geraldo Falcão

deu em valor de mercado cerca de R$ 102 bilhões, em dois pregões na Bolsa de Valores (19/03 e 22/03). Do ponto de vista do mercado de capitais, a gestão de Castello Branco era bem avaliada e estava cumprindo seu papel como empresa. Prova disso foi seu resultado no quarto trimestre de 2020, que registrou lucro líquido de R$ 59,9 bilhões, evolução significativa de 635% em comparação a igual período de 2019, encerrando 2020 com lucro líquido de R$ 7,11 bilhões, em um ano marcado pela pandemia.

"Castello Branco estava avançando no plano de desinvestimentos e colocando maior foco no pré-sal. As prioridades da empresa eram bem claras e ela estava alinhada com o mercado. Fica uma dúvida sobre quais serão as prioridades da companhia daqui para frente, questões que na gestão anterior já estavam bem claras", comentou Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos.

Toda empresa, de capital aberto ou não, tem como função básica acumular lucros, prosperar, ampliar suas operações, gerar emprego e renda, contribuir para o crescimento da economia, sendo cada vez mais eficiente. No caso da Petrobras há um dilema. Por sua característica de capital misto, ela deveria atender ao acionista majoritário, o governo, que cobrou sua função social, possibilitando preços mais acessíveis à população? Ou deveria atender ao mercado de capitais, acumular lucros e dividendos para os seus acionistas?

Para Pires, a Petrobras continua com autonomia para seguir os preços do mercado internacional e a função social da Petrobras é permanecer como empresa de capital aberto. Ele citou que mesmo após a demissão de Castello Branco, os preços da gasolina e do diesel aumentaram duas vezes, sendo a prova de que a gestão da estatal não tem obrigação de agradar ao presidente.

"O papel social da Petrobras é pagar bastante dividendos. Esse dinheiro é aplicado pelo governo onde quiser, para melhorar a educação, saúde etc. Quando há intervenção, como foi no governo PT, a Petrobras acumulou prejuízo, perde todo mundo, o acionista privado, o governo e os brasileiros", disse. "O general Silva e Luna tem que cuidar da Petrobras e o Bolsonaro cuida do Brasil", complementou.

De acordo com Almeida, normalmente as petroleiras estatais não são listadas em bolsa porque o governo usa estas empresas com outros objetivos. "São poucos os países que têm este animal de duas cabeças, empresa pública e privada. A solução para esse dilema é a concorrência. Não tem outro caminho", disse.

Em sua visão, a privatização da Petrobras vai reduzir a possibilidade de o governo fazer a interferência da forma como fez hoje. Almeida citou que o Brasil tem três caminhos. O primeiro é continuar no modelo atual, que é bastante instável. Em alguns períodos a Petrobras segue as regras do mercado, em outros, ela é controlada pelo acionista majoritário. "Ou seja, é de mercado, mas não muito". A segunda alternativa seria pela abertura do setor do refino, a partir da quebra do monopólio nessa área para aumentar a concorrência. "Preço baixo é resultado da concorrência". E a terceira opção (e a menos indicada), seria um retrocesso com o tabelamento de preços dos combustíveis.

"A Petrobras já tentou de tudo e nenhuma política de preços agradou aos caminhoneiros. O problema que está por trás disso é o monopólio. Para o consumidor, justo é vender pelo custo. O problema da Petrobras é o monopólio, ela tem que alinhar com o preço internacional mesmo. Quando tem competitividade, a volatilidade pode ser transmitida com menor velocidade, mas valerão as regras do mercado", disse Almeida.

Ilan, da Ativa Investimentos, acredita que a venda das refinarias e a modernização do parque do refino trariam outra dinâmica para o mercado. Porém, ele acredita que a venda das refinarias não deverá acontecer neste ano.

O analista da Ativa investimentos reconhece que é difícil ter um modelo soberano para uma empresa de capital público e privado. Segundo ele, no mundo, as petrolíferas nos Estados Unidos seguem um modelo pró-mercado, os benefícios sociais ficam em um segundo plano. Já na Noruega, há um modelo híbrido, como no Brasil, mas a interferência do governo não é tão forte nas petrolíferas do país e a regulação é maior. Os países do Oriente Médio têm um nível de regulação maior, há preocupação com o social e a relevância do PIB do petróleo é muito forte. "Não existe solução ótima. Aqui, a Petrobras nasceu majoritariamente estatal e foi se abrindo aos poucos. Esse conflito de interesses (social e privado) é natural", disse.

Agência Petrobras

## Contraponto

Ildo Sauer, diretor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, critica a visão do "mercado". "Mas, o que é essa figura do 'mercado'? O que esse termo realmente quer dizer e quem ele representa?". A forma de gestão de preços era boa para a Petrobras ou para o Brasil? Esse grupo, que chamamos de mercado, na verdade, são os porta-vozes de empresas que disputam o valor econômico do setor".

Na avaliação de Sauer, que entre 2003 e 2007 atuou como diretor da Área de Negócios de Gás e Energia da Petrobras, foram cometidos graves crimes contra os cofres da empresa, o que deu origem a todos os desequilíbrios. "Havia projetos para dobrar a produção da empresa, que foram paralisados. Em seu lugar, surgiram outros, sem estratégia consistente. E as perdas foram se acumulando", explicou. "A Petrobras foi descapitalizada por praticar preços baixos, pela má gestão que deixou uma dívida elevada e por não cumprir o que diz a Lei do Petróleo (Lei 9478), que estabelece que os preços devem ser competitivos".

Sauer considera, ainda, que a forma como a dívida da empresa está sendo paga é errada. "Estão perdendo ativos para ganhar lucro", disse, em referência aos projetos de desinvestimento. "Vender refinaria é muito ruim. O setor mais rentável é o refino", completou.

Agência Brasil

**Com a indicação do general Joaquim Silva e Luna, a Petrobras deve iniciar um novo capítulo em 12 de abril com a eleição do novo presidente pelo Conselho de Administração**

## Fundo de amortecimento

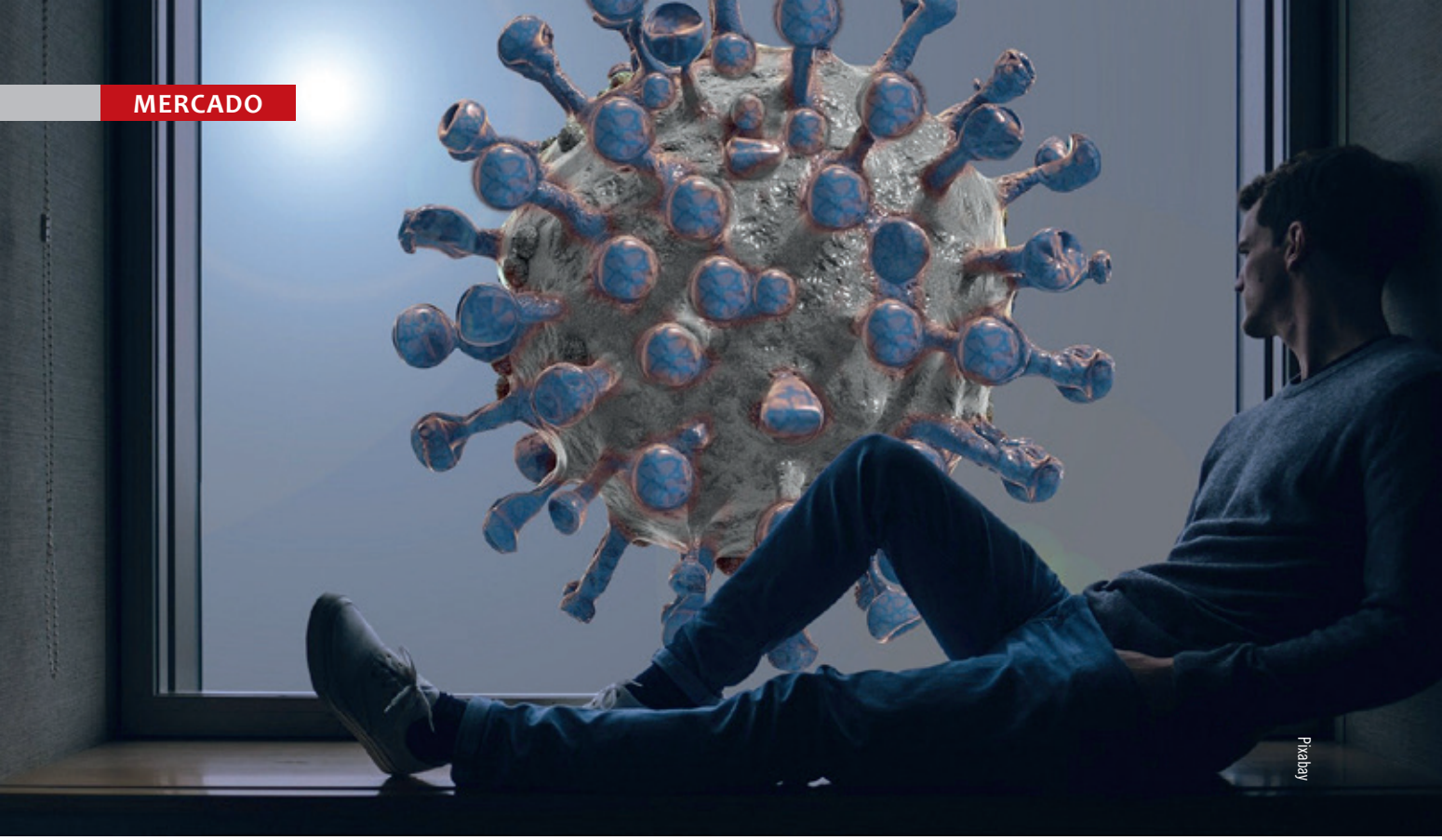
Pires alerta que o país não pode cair nos erros de governos populistas anteriores para reduzir os preços dos combustíveis. A Petrobras deve continuar com uma gestão autônoma,

seguindo a política de preços atual com as cotações internacionais do petróleo e câmbio. Para o diesel e o gás de cozinha, ele defende políticas públicas específicas. No caso do diesel, por ser o principal combustível da matriz de transportes nacional, a sugestão é a criação de um fundo de amortecimento para minimizar as oscilações de preços do mercado internacional. Já no caso do gás de cozinha, o GLP atende mais de 90% dos domicílios brasileiros e a população com menos recursos sofre maior impacto com a falta do botijão, demandando um subsídio, como a criação de uma tarifa social, a exemplo do setor elétrico.

Esse fundo de amortecimento, lembra Sauer, poderia ser a própria Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que foi criada com o propósito de amenizar a volatilidade dos combustíveis. "A estrutura de formação de preços deveria ser mais transparente. O que o governo está fazendo é um jogo de cortina de fumaça. A população não tem consciência da grande riqueza que tem", pontuou.

Já na visão de Pires, o governo poderia criar um fundo de estabilização, para amortecer a volatilidade das cotações, a partir da arrecadação de recursos extras dos *royalties*. Na realidade, esta fonte de arrecadação vêm do câmbio e da alta de preços do petróleo, que impactam maior volume de captação dos *royalties*. O governo pode criar o fundo com recursos de fontes, segundo o economista. No entanto, ele adverte que o governo só não pode incorrer no erro de precificar o diesel pelo custo, que vai afastar os investidores do Brasil, ou criar um imposto para exportação.

Em relação ao preço da gasolina, o diretor da Cbie defende a permanência da regra atual, oscilando conforme as flutuações do mercado e à escolha do consumidor, o que for melhor para o seu bolso. "Quando a gasolina estiver cara, o consumidor tem a opção do etanol e, se o biocombustível estiver caro, pode ir para o GNV", comentou. ■



Pixabay

# Pandemia e saúde mental: como lidar com essa relação de desequilíbrio?

**Com tantos problemas em todas as esferas da vida, muitos empresários têm deixado a saúde mental de lado, o que aumenta o risco de consequências tanto de ordem pessoal, para sua saúde física e relacionamentos, quanto para os seus negócios**

**POR ROSEMEIRE GUIDONI**

A verdade é que não está fácil para ninguém. A pandemia já se estende por mais de um ano, afetando a economia e a saúde física das pessoas. Ao longo dos últimos meses, muitas vidas foram perdidas e muitos negócios foram fechados. Quem não precisou fechar as portas, certamente perdeu renda e precisou tomar decisões difíceis, como demitir colaboradores, recorrer a empréstimos, renegociar condições comerciais ou vender bens.

Tudo isso, em maior ou menor intensidade, vem afetando a saúde mental das pessoas. No ano passado, um estudo realizado pela empresa Troposlab, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio do programa de pós-graduação em psicologia, mostrou o quanto essa questão afeta a qualidade de vida dos empreendedores, dos mais diversos segmentos.

Segundo a pesquisa, 51,1% dos empresários tiveram a vida impactada pela pandemia, embora tenham afirmado que se sentiam bem, enquanto 24,9% relataram terem sido muito afetados. A pesquisa ouviu 653 empreendedores, em quase

todos os estados brasileiros. A necessidade do acompanhamento e de cuidados com a saúde mental, incluindo o uso de medicamentos, como antidepressivos e ansiolíticos (ou ambos), nesse período, foi relatada por 15,6% dos entrevistados.

"Sofremos muito querendo resolver coisas que não podem ser resolvidas", diz Luciane Falchi, mestre em psicologia social e professora de disciplinas relacionadas à liderança na Fundação Getulio Vargas (FGV) e da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Segundo a especialista, o problema é comum e afeta a todos os indivíduos. "Quando pensamos em saúde mental e estresse, os detalhes (ou causas) do problema mudam muito pouco no que diz respeito às ações para combater os efeitos. As incertezas e os impactos da economia afetam igualmente a todas as pessoas, independentemente de serem empregadores ou empregados", ressaltou.

## Saúde mental merece atenção

No ano passado, a própria Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou um alerta sobre os riscos aos quais as pessoas estavam expostas em função do isolamento social: o medo do contágio, a perda de parentes e de amigos e a falta de convívio social e queda da renda já estavam, em maio de 2020, causando graves danos à saúde mental dos indivíduos.

Quase um ano depois, com o prolongamento (e agravamento) da pandemia, o impacto tem causado efeitos muito mais graves, que comprometem a saúde física e mental e, com isso, trazem mais consequências aos negócios – afinal, quando o líder não toma as decisões necessárias, não orienta adequadamente a equipe e não consegue ter transparência em relação a determinadas decisões (como o desligamento de colaboradores), a tendência é de que o ambiente de trabalho se torne ruim. Isso resulta em maior insegurança, o que leva à falta de comprometimento. Ou seja, a situação, que já não era favorável, se agrava, como uma bola de neve.

Além disso, as pessoas que já enfrentavam problemas mentais, como ansiedade ou estresse, por outras razões, correm grande risco

**Não basta ser seguro, tem que ser inteligente.**

Através da Logística de Valores e do Cofre Inteligente, você garante a segurança do seu negócio, minimiza possíveis perdas e tem total conhecimento de seu faturamento em tempo real.

**Enquanto você cuida do seu negócio, o Grupo Protege cuida de seus valores.**

- Redução e transferência de riscos
- Segurança de ponta a ponta
- Operações 100% monitoradas
- Valores assegurados pelo Grupo Protege
- Acompanhamento em tempo real de seus valores

Escaneie o Qr Code e solicite sua proposta ou acesse nosso site: **www.protege.com.br**

PROTEGE 50 ANOS

de ter os sintomas agravados, de acordo com a psicóloga clínica Patricia Jacobucci, mestre em Saúde Mental pela Unicamp.

Para Patrícia, um certo grau de ansiedade sempre é positivo, pois impulsiona as atitudes e decisões. "Porém, quem já vinha acumulando um quadro de estresse ou ansiedade, pode ter problemas de saúde agravados", alertou. É preciso ter atenção, pois tais questões surgem de forma repentina, causando consequências sérias, como no caso de um súbito aumento de pressão arterial, ocasionado por estresse.

## Vivemos diferentes lutos diariamente

"Entender o que está ou não sob controle é um ponto crucial, inclusive na hora de fazer um planejamento estratégico e entender como lidar com diferentes cenários", destacou Luciane. Segundo a especialista, é necessário que as pessoas compreendam o que podem fazer para resolver os problemas e aceitem aquilo que não está ao seu alcance. "Infelizmente, nesse momento, todos vivemos diferentes lutos. Não é apenas a perda de alguém, mas, sim, várias perdas, que afetam os indivíduos de alguma maneira", esclarece.

Tais situações geram ansiedade, medo, tensão e insegurança. Mas, como lidar com equilíbrio diante de tantos sentimentos, especialmente quando existem outros indivíduos que dependem de sua atitude?

Segundo Luciane, esse é o caso de empresários que se sentem sobrecarregados, mas entendem que precisam prosseguir, mesmo sob estresse e condições desfavoráveis, para manter o seu próprio trabalho e a fonte de renda dos colaboradores. Mas, também, é uma situação comum de muitos adultos que sentem que precisam suprir as necessidades de filhos pequenos, ou, ainda, de muitos filhos (já adultos) que cuidam de seus pais idosos e precisam conciliar diferentes condições familiares.

"Guardadas as devidas proporções e intensidade, o que vivemos atualmente é uma condição mundial. Não sou eu, ou você, ou uma pessoa específica que passa por um momento extremamente difícil. Todos nós estamos enfrentando problemas. São diferentes perdas e lutos, que precisam ser vivenciados", explicou.

Para enfrentar isso, uma das coisas mais importantes é cultivar a alegria. "Neste momento, não temos alegria, esse sentimento some de nossa vida, mas precisamos resgatá-la", disse.

## Pequenos 'oásis' fazem diferença

Luciane explica que a forma de encarar o problema e buscar atitudes para controlar as emoções é fundamental para melhorar o ânimo e até a atividade hormonal. "Nosso cérebro é idêntico ao do homem primitivo. Situações de medo geram estados de luta, fuga ou paralisia", afirmou.

Assim, conforme a especialista, no mundo moderno, quando lidamos com determinadas situações de estresse, angústia ou medo, tudo perde o sentido e entramos em um estado de paralisia. "Mas esse estado é, fundamentalmente, químico. Como não conseguimos separar corpo e mente, uma forma de mantermos a sanidade é termos hormônios de felicidade (serotonina, oxitocina e dopamina). Se você só tiver cortisol em sua corrente sanguínea, sua saúde mental será comprometida, assim como a física", explicou.

Ou seja, não dá para evitar o que está acontecendo. Então, para ter a força mental necessária para criar soluções, contornar os problemas e encontrar saídas saudáveis (tanto para a saúde emocional quanto financeira), é preciso que os empreendedores coloquem em prática algumas estratégias de relaxamento. "No momento, é quase impossível pensar em qualidade de vida de forma global, mas é possível cultivar pequenos 'oásis', momentos que fazem diferença no todo", afirmou, referindo-se a algumas práticas que contribuem para o relaxamento e a liberação dos hormônios que garantem o bem-estar.

## Práticas de auxílio

De acordo com Luciane, esse não é o momento de investir em novas práticas. "Talvez, para quem nunca fez meditação, essa não seja a melhor ocasião para começar, por exemplo. Mas existem várias alternativas de relaxamento, muito além de medicações, como a respiração controlada e a psicoterapia", destacou.

A psicoterapia também é recomendada por Patrícia para dar suporte para este período. "Muitas vezes, o indivíduo não enxerga a necessidade do acompanhamento profissional, em meio a tantos problemas. Talvez, acredite nem ter tempo para isso. Mas é um tratamento que ajuda a melhorar o autoconhecimento e entender estratégias que funcionam para lidar com as diversas situações críticas da vida, em especial em um momento de adversidades, tão delicado quanto o que vivemos", orientou.

## Principais dicas das especialistas

iStock

✔ entenda que esse momento é coletivo e todas as pessoas, em maior ou menor medida, estão sofrendo com os reflexos do distanciamento social, perda de renda, dificuldades no negócio, insegurança sobre o futuro e medo, além de outros lutos, decorrentes de perdas de amigos e familiares;

✔ é fundamental compreender o que cada um tem controle ou não, ou seja, não adianta sofrer por algo que não está ao seu alcance mudar. "Isso ajuda a investir energia no lugar certo", frisou Luciane;

✔ em tais situações, vale a pena pensar em estratégias diferentes que possam trazer benefícios, sem querer mudar o desfecho do que já aconteceu (por exemplo, uma perda recente ou um problema financeiro). Pense em alternativas para transformar os cenários em condições mais favoráveis, de acordo com seu contexto pessoal ou de sua empresa;

✔ o uso de medicamentos para ansiedade e depressão se agravou durante a pandemia, mas o repouso vindo de medicamentos ou outras substâncias não relaxa verdadeiramente o corpo e não é benéfico. "O sono acaba sendo paliativo e não regenerativo, como o adequado", disse Luciane;

✔ controle pensamentos negativos e compulsivos. "Ninguém tem certeza de como vai ser o mundo após a pandemia e, tampouco, se ela vai acabar. Pensar nisso gera muitas incertezas. Talvez tenhamos uma nova realidade, o chamado novo normal. Focar nisso só gera maior ansiedade", lembrou a especialista. Enquanto isso, outras ações podem fazer grande diferença, como cuidar da saúde física e emocional;

✔ estimule sua equipe a manter pensamentos positivos e ações sustentáveis. Incentive práticas que proporcionem benefícios coletivos e o sentimento de realização por parte de colaboradores. Algumas ideias são cultivar um jardim, investir em artesanato, participar de oficinas de reciclagem com a comunidade ou apoiar programas de coleta de resíduos, por exemplo;

✔ cuidar da alimentação, fazer atividades físicas regulares, reforçar o sistema imunológico e praticar pequenos momentos de parada, para respiração, fazem grande diferença. "A dica é: coloque em seu celular um alarme a cada duas horas, para que faça uma pausa nas atividades diárias. Preste atenção na respiração, inspirando profundamente. Faça três ou quatro ciclos. Antes de dormir, o ideal é de dez a 15 ciclos, pois isso ajudará a acalmar e contribuir para afastar pensamentos invasivos e compulsivos", explicou Luciane. Esse simples exercício ajuda a reduzir batimentos cardíacos e a pressão arterial;

✔ entenda a respiração diafragmática. Segundo a especialista, a técnica consiste em inspirar em três segundos, segurar três segundos e exalar em seis segundos, tudo pelo nariz. A exalação pode ser trocada por um longo suspiro soltando o ar pela boca. "Verifique o que funciona melhor para você", orientou;

✔ incentive o diálogo em família e com seus colaboradores, para que a convivência seja mais fácil. Como tudo na vida, a situação atual pode ou não ser encarada como oportunidade. "Precisamos desenvolver tolerância, empatia e também a capacidade de se colocar de forma mais honesta e transparente. Tem horas que precisamos ficar sozinhos e as pessoas com quem convivemos, em casa ou no trabalho, precisam ser sinalizadas. Algumas pessoas precisam conversar, outras necessitam de silêncio e reflexão. Por isso, é preciso que as características de convivência sejam entendidas e exercitadas para evitar desentendimentos futuros", frisou Luciane. "Não há um modelo único ou certo de relacionamento, isso vem do autoconhecimento, do exercício da transparência e do diálogo";

✔ para os empreendedores, antes de sofrer por decisões como desligar ou não funcionários, é importante se colocar no lugar deles. É preciso ter transparência, mostrar as dificuldades e limites do negócio, e também as expectativas relativas a cada colaborador, para não gerar medos infundados. "Fale a verdade, sempre, pois isso garantirá que seja mais respeitado";

✔ ao reduzir a incerteza, você também reduz o estresse de sua equipe e garante maior confiança", ressalta. "Estamos em um momento em que precisamos assumir nossas vulnerabilidades, pois isso é uma forma de mostrar sua preocupação, admitir as emoções, processá-las e ter atitudes mais concretas, com redução do estresse", ponderou.

iStock

# Os problemas são antigos

Já há algum tempo, a Fecombustíveis e os sindicatos filiados vêm alertando sobre a importância de uma ampla reforma tributária no Brasil, obviamente com um olhar especial para o setor de revenda e afins. Agora, após o aumento da alíquota de ICMS – promovida pelo Governo do Estado de São Paulo – sobre o etanol e o diesel, a consequente ameaça de greve dos caminhoneiros e a explosão de divergentes discursos políticos, o assunto voltou a ser publicado pela grande mídia. Mas o problema é antigo.

Os revendedores reafirmam que a culpa pelo alto preço dos combustíveis não é do posto, é do imposto, *slogan* que já utilizamos em várias campanhas de esclarecimento ao consumidor. Os anos passam e nós continuamos à espera de soluções.

São vários os projetos apresentados no Congresso Nacional à espera de discussão, os quais inibiriam a sonegação fiscal e aumentariam a arrecadação, sem a necessidade de aumentar a carga tributária que prejudica empresários e consumidores.

Será apenas falta de vontade política?

Uma vez que ainda não se promoveu a tão esperada e necessária Reforma Tributária, é preciso então, por exemplo, que o Congresso ao menos aprove o PLS 284/2017, que trata do devedor contumaz. Por que não foi votado até agora?

Hoje, o emaranhado fiscal que vivenciamos, com alíquotas e cargas tributárias diferentes em cada estado, tem facilitado a vida de "empresários" que deixam de pagar impostos de forma sistemática. Essas pessoas acabam levando uma vantagem desleal diante da concorrência.

Para eles, a sonegação tem compensado e a falta de penalidade estimula ainda mais. Chega de discursos. Está na hora de o Executivo e o Legislativo arregaçarem as mangas.

Segundo dados da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o Brasil nem é o país com a maior carga tributária na composição dos preços dos combustíveis. O peso dos impostos no preço final dos combustíveis, em média, é de 36,5% aqui. No Reino Unido, é quase o dobro: 68,9%. Nos EUA, já é bem menor: 23,9%.

Portanto, além da inércia para se discutir os projetos que inibiriam a sonegação fiscal e aumentariam a arrecadação, outra crítica que deve ser feita aos tributos no Brasil é que eles são mal utilizados, enquanto, nos outros países, há retorno para a sociedade.

Ninguém está pedindo a extinção dos impostos, mas se eles forem pagos da forma correta e justa por todos os empresários e, além disso, os recursos por eles arrecadados aplicados corretamente pelas autoridades, estaríamos no caminho certo para transformar o Brasil num país com futuro mais promissor, numa grande potência.

Além da inércia para se discutir os projetos que inibiriam a sonegação fiscal e aumentariam a arrecadação, outra crítica que deve ser feita aos tributos no Brasil é que eles são mal utilizados, enquanto, nos outros países, há retorno para a sociedade

# Revenda convive com emaranhado de problemas

**De Norte a Sul do país, a revenda nacional tem passado por dificuldades que vão além da piora da pandemia. Alguns desafios são manter o negócio sem auxílio do governo, sobreviver com a queda nas vendas dos combustíveis, enfrentar momentos de confusão gerados pelos decretos do presidente Jair Bolsonaro e ainda administrar *fake news* contra os postos**

POR MÔNICA SERRANO E ROSEMEIRE GUIDONI

Passado um ano da confirmação do primeiro caso de covid no país, no final de fevereiro, o Brasil retrata um quadro caótico, sem que se vislumbre qualquer prazo para a crise sanitária acabar. De modo similar, a revenda de combustíveis tem vivido momentos difíceis, não apenas pelas medidas restritivas em estados/ cidades em relação ao aumento do coronavírus, mas pela conjunção de fatores simultâneos, que têm gerado estresse e incertezas sobre o dia a dia do setor.

Os entrevistados para esta reportagem retrataram as dificuldades que a revenda tem passado, com interpretações bastante distintas dos órgãos públicos acerca das medidas restritivas, que estão menos rigorosas em alguns estados e, em outros, mais severas, queda nas vendas e dificuldades para tocar o negócio.

Neste ano, os aumentos consecutivos nas refinarias da Petrobras têm afetado a renda da população, o que, consequentemente, reduziu as vendas de gasolina em áreas urbanas. Já nos postos de rodovia, que comercializam diesel, as vendas foram mantidas menos afetadas.

Mesmo assim, o empresário tem sobrevivido como pode, até meados de março. Sem apoio do governo, para manter o negócio foi preciso cortar despesas ou reduzir a equipe. E os problemas não param por aí.

A revenda do país inteiro tem enfrentado a fúria dos consumidores de diesel, que desconhecem a composição do preço do combustível. Como se sabe, o Decreto 10.638, do presidente Jair Bolsonaro, zerou o PIS/Cofins sobre o diesel somente nas refinarias, mas não informou que os tributos continuam incidindo na parcela de biodiesel (atualmente, de 13%), que compõe o diesel B, vendido nas bombas. Além das confusões

iStock

com o consumidor de diesel, que julgou que o posto estava embolsando os tributos federais, foram espalhados vídeos com *fake news*, com a falsa informação de que o governo também tinha zerado o PIS/Cofins da gasolina, etanol e até do GNV. A desinformação levou muitos motoristas a cobrarem do posto o reembolso dos tributos federais em dinheiro.

E para terminar o emaranhado de problemas, às vésperas de entrar em vigor o novo Decreto 10.634, que determinou a divulgação detalhada dos preços dos impostos federais e estaduais em painel visível e destacado, além da obrigatoriedade de informar os descontos e *cashbacks* dos aplicativos das distribuidoras, a revenda estava perdida. Foram feitas reuniões com os órgãos do governo e enviados ofícios para explicar que haveria dificuldade para os postos cumprirem as novas regras, já que são substituídos tributariamente e não têm acesso às informações dos elos anteriores. O governo federal não respondeu aos ofícios, não prorrogou o prazo e não atendeu aos pleitos da revenda. Este episódio tirou o sono de muitos revendedores.

Confira a situação da revenda nas cinco regiões do país.

## NORTE E NORDESTE

Na Bahia, o presidente do Sindicombustíveis, Walter Tannus Freitas, disse que a revenda do estado está vivendo um dos piores momentos desde o início da pandemia no ano passado. Segundo ele, as vendas de combustíveis caíram em fevereiro no mesmo patamar de junho de 2020, representando o nível mais baixo de vendas da revenda baiana. Além da queda do volume, Freitas cita os aumentos de preços das refinarias Petrobras e, eventualmente, da carga tributária estadual por conta do preço de pauta, que é a base de cálculo do ICMS, e ainda elevação do preço do etanol anidro, misturado à gasolina na proporção de 27%. Isso se reflete em aumento de custos na bomba. "A situação está bastante preocupante, não sei quando conseguiremos visualizar uma retomada da economia. Temos duas crises paralelas. A econômica impactou os preços dos combustíveis em fevereiro e, no início de março, tivemos o *lockdown*, com as medidas restritivas para o funcionamento do comércio. Ambas afetaram fortemente a revenda local", disse.

Freitas afirmou que o sindicato local tem reforçado à revenda seguir os protocolos da Secretaria da Saúde, e também buscou um entendimento sobre o preço de pauta, na tentativa de tentar congelá-lo.

O presidente do Sindicombustíveis acredita que a política do ICMS está equivocada, com a revisão quin-

zenal do preço de pauta. "A carga tributária no país é um problema. Estamos tendo um embate com o governo estadual para tentar reduzir os impostos dos combustíveis. O presidente da República foi muito feliz quando colocou a problemática do ICMS para ser debatida. Precisamos encontrar uma solução, porque a renda das famílias está sofrendo um impacto muito grande", disse.

"Defendemos um modelo parecido com o da Inglaterra para equalizar os preços. Quando a tributação baixa, o preço do petróleo sobe, quando a tributação sobe, o preço do petróleo baixa. Com isso, tentamos manter os preços estabilizados", relatou.

Já em Alagoas, no dia da entrevista (09/03), Maceió estava na zona laranja, mas outras regiões já estavam enquadradas na zona vermelha. A situação da pandemia permanece em atenção e as medidas de restrição classificaram as lojas de conveniência na mesma categoria de restaurantes e lanchonetes. "Estamos preocupados porque o decreto contemplou o fechamento das lojas de conveniência das 20h de sexta-feira até as 6h de segunda-feira. Vivemos um momento muito crítico e estamos ansiosos, porque está para sair um novo decreto e não sabemos se as restrições aumentarão", comentou James Thorp Neto, presidente do Sindicombustíveis-AL.

O Sindicombustíveis-AL tem buscado entendimento com as autoridades locais para mudar o enquadramento das lojas de conveniência, como estabelecimentos correlatos aos supermercados para serem mantidos abertos. "Fizemos todos os contrapontos, mas, infelizmente, não fomos atendidos. As autoridades entendem que a conveniência aberta pode trazer aglomeração nos postos. Fomos atendidos com as lojas e restaurantes dos postos de rodovias, que passaram a ser considerados serviços essenciais", disse.

Thorp disse que as vendas de combustíveis nos postos não tinham sido afetadas por conta da pandemia, mas também não estavam aquecidas. Já quando a Petrobras anunciou os aumentos dos combustíveis nas refinarias, percebeu-se certa retração pela queda da renda da população.

O presidente do Sindicombustíveis-AL contou que houve momentos conturbados para a revenda local. Um dos problemas foi um vídeo divulgado por WhatsApp, com falsas informações relacionados aos impostos federais PIS/Cofins, que incentivava os consumidores a exigirem do posto a devolução em dinheiro da cobrança dos tributos federais sobre o diesel.

O falso vídeo informava que o governo federal havia zerado os impostos também sobre a gasolina e o etanol, causando confusão para esclarecer o consumidor sobre a cobrança dos impostos no cupom fiscal. Segundo Thorp, foi um momento muito tenso para a revenda. Inclusive, alguns consumidores chamaram a polícia, por desconfiarem da idoneidade do posto.

A região Norte tem sido uma das mais afetadas pela pandemia. Em Rondônia, na capital Porto Velho, com o *lockdown*, as vendas dos postos urbanos caíram cerca de 70% em relação ao período anterior do fechamento. Em contrapartida, nos postos de rodovias, o volume cresceu, por conta do consumo de diesel em função do período da safra de soja, segundo Eduardo Valente, secretário-executivo do Sindiposto-RO.

Valente destacou que a revenda também tem se deparado com irregularidades nas fronteiras, com suspeitas de contrabando de combustíveis vindo do Amazonas, o que tem afetado a competitividade local. "Estamos pedindo providências para o Procon e Ministério Público. Provavelmente, são combustíveis que entram no estado sem nota", comentou. De acordo com Valente, o estado demanda mais fiscalização. A ANP tem convênio com o Procon, mas não há verba para os treinamentos.

## CENTRO-OESTE

No Mato Grosso, Nelson Soares, gerente-executivo do Sindipetróleo, entidade que representa a revenda do estado, comenta que o aumento de preços da gasolina tem prejudicado mais a revenda do que os reflexos da pandemia. Não houve *lockdown* em Cuiabá, mas, sim, medidas restritivas, o que permite o funcionamento do comércio até as 19h. "De maneira geral, os postos de cidade ainda não retomaram os níveis de pré-pandemia. Há muita gente trabalhando em *home office*. A queda nas vendas foi de 20% a 30% em postos nas áreas urbanas (em relação ao período anterior às medidas). Já os de rodovia não foram afetados e estão sobrevivendo bem, graças ao período da safra", disse.

As lojas de conveniência seguem as mesmas regras do comércio e podem funcionar até as 19h. Porém, passado um ano com pandemia, há um sentimento de desânimo. "Alguns postos localizados nas áreas urbanas não conseguiram sobreviver ao momento de crise. Quebraram,

Menor renda da população, aumento de preço dos combustíveis, piora da pandemia e medidas de restrição causaram dificuldades para a revenda com a queda nas vendas

Agência Brasil/ Marcello Casal Jr

mas como o Mato Grosso é um estado com forte talento no agronegócio, os postos de rodovia sobreviveram. Temos orientado a revenda sobre os cuidados com custos e mão de obra. Mas os revendedores estão cortando as despesas há um ano, trabalhando com margens cada vez mais apertadas. Há um cansaço geral, todo mundo está esgotado", comentou.

Para Marcio Andrade, presidente do Sindiposto-GO, sindicato que representa a revenda de Goiás, a situação deste ano está pior do que a do ano passado para a revenda local. Ele destaca que o setor estava passando por uma recuperação modesta, quando veio novamente uma onda mais forte da pandemia, que implementou novas restrições. "Está pior porque o empresário está em uma situação mais debilitada. Neste ano, não temos mais o apoio dos programas do governo, como as reduções de salários e da jornada. Está tudo nos ombros dos empresários. E quem pegou empréstimos no ano passado vai ter que começar a pagar", disse.

Em Goiânia, as vendas dos combustíveis nos postos de cidade caíram na faixa de 25%, de acordo com Andrade, mas ele comenta que este cenário pode piorar se houver mais rigor no próximo decreto local.

Andrade também citou que as fiscalizações dos órgãos de defesa do consumidor se acentuaram com os diversos reajustes da Petrobras nas refinarias. Além disso, houve desgaste pela falta de entendimento dos Procons e do consumidor com relação do decreto do presidente Jair Bolsonaro, que zerou os impostos do diesel. "A situação gerou tensão na revenda. Alguns postos foram autuados pelo Procon do município, que veio tirar satisfação sobre o repasse do PIS/Cofins do diesel no cupom fiscal. Eles não entendem que o imposto cobrado é do biodiesel. Houve muita desinformação, tivemos que esclarecer. É um momento difícil", comentou.

## SUL E SUDESTE

Outro estado que enfrenta uma situação bastante crítica é o Rio Grande do Sul. O presidente do Sulpetro, João Carlos Dal'Aqua, disse que muitas cidades do estado adotaram o *lockdown,* o preço dos combustíveis aumentou e as vendas caíram nos postos urbanos cerca de 30%, apesar de os de rodovia não serem tão afetados. "O consumidor está muito assustado, com medo da pandemia e não está circulando. É muito tenso para o revendedor passar por esta fase. Temos funcionários, família e o empreendedor está sozinho nesta travessia. O Sulpetro procura levar uma mensagem de otimismo e união para auxiliar os postos neste período que não está nada fácil", comentou.

Outro ponto mais difícil deste ano, segundo o presidente do Sulpetro, é que as lojas de conveniência não dão suporte para ajudar os negócios. "Não podemos ter atendimento dentro delas (quando o município permite o funcionamento), vendemos mais cigarros e alguma outra coisa, a renda caiu bastante. No ano passado, aprendemos a trabalhar com menos, mas ainda tínhamos alguns recursos do governo e havia o auxílio emergencial. Hoje, estamos no limite, já cortamos o que tinha para cortar. Estamos vivendo um período de incertezas e insegurança", disse.

Dal'Aqua informou que outro impacto foi o cancelamento da tradicional feira da revenda, prevista para ocorrer neste ano. Em sua opinião, a situação econômica só vai melhorar com a vacinação.

Toda essa avalanche de problemas desembocou na revenda do país ao mesmo tempo, entre fevereiro e março. No Rio de Janeiro, a situação ficou ainda mais complicada pelo elevado custo de vida, que dificulta ainda mais o negócio, aliado ao aumento de preços dos combus-

tíveis, decorrente dos reajustes da Petrobras, aos custos de aluguéis, que já são altos (condição agravada pela base de reajuste pelo IGP-M, que está nas alturas), e, ainda, tendo o convívio com as irregularidades do setor de combustíveis, por conta das alíquotas mais altas do ICMS sobre a gasolina e o etanol.

"O Rio de Janeiro tem uma característica muito ruim diante dos outros estados, pois os custos são maiores. Os IPTUs são altos, o que fez com que os postos localizados na Zona Sul e em regiões valorizadas da capital praticamente ficassem inviabilizados na pandemia. Se você considerar quem paga aluguel, a situação ficou mais difícil. A revenda tem que negociar mês a mês com o locador, para mostrar que é inviável ter reajuste pelo IGP-M num momento como esse", comentou Maria Aparecida Siuffo Pereira Schneider, presidente do Sindicomb-RJ.

Os postos da cidade do Rio de Janeiro estão sobrevivendo. "É muito problema e vivemos um dia de cada vez. Obviamente as vendas não retornaram aos níveis anteriores à pandemia. Ou seja, vendemos menos e temos que dar conta dos mesmos custos fixos. O que temos feito é administrar prejuízos e cortar custos, já que não conseguimos melhorar a receita. Não temos mais os programas do governo neste ano (na data da entrevista não havia apoio do governo); assim, quando não há o que cortar, somos obrigados a demitir", disse.

Outro aspecto citado por Maria Aparecida é em relação aos impostos estaduais, que têm as alíquotas mais pesadas do país, com 34% para a gasolina e 32% sobre o etanol, o que favorece a prática de irregularidades. "Temos uma evasão fiscal enorme, principalmente pelo etanol, já que o Rio faz divisa com São Paulo e tem 13,3% de alíquota. Toda semana são apreendidos caminhões de etanol sem nota fiscal. Temos a gasolina mais cara do país, como pode caber no bolso do consumidor?", questionou.

Ela também destacou que, além das alíquotas do ICMS, ainda há o preço de pauta com o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF) que, geralmente, altera o valor a cada 15 dias, incidindo em mais aumentos nos combustíveis. "Enviei um ofício para o governador e o secretário da Fazenda, pedindo que segurassem o PMPF nesse período de pandemia, mas não tivemos retorno", comentou. "Como revendedora, nunca vivi um momento como esse", finalizou.

Em São Paulo, Flávio Campos, presidente do Recap, que representa os postos de combustíveis de Campinas e outras 90 cidades da região, relata que as vendas estavam começando a se recuperar, com queda média de 10% (o que não é positivo, mas é menos que as perdas de outros varejos), quando a nova onda da covid chegou e foram implementadas medidas de restrição. "Com o trabalho remoto, a tendência é de que os postos urbanos acumulem mais perdas", disse ele, mencionando que, a partir da segunda quinzena de março, o volume de comercialização dos postos começou a reduzir.

"Além da queda nas vendas de combustíveis, as lojas de conveniência também terão movimento reduzido. Os decretos são municipais, mas, na maior parte da área de abrangência do Recap, a permissão para a operação de lojas é apenas para *drive-thru* (o motorista retira a encomenda sem sair do carro). O funcionamento é permitido até as 20h", explicou Campos.

iStock

Já os postos poderão ter a operação reduzida, sem a obrigatoriedade de abertura aos domingos. "Não tivemos tempo de nos recuperar e os problemas estão voltando", pontuou. "Além disso, ainda estamos convivendo com a desinformação. As medidas anunciadas pelo governo, como a isenção de tributos federais no diesel, carecem de explicação. Grande parte dos consumidores desconhece a formação do preço do combustível, não sabe que existem variáveis como frete, tributos do biodiesel, cobrança de ICMS baseada em um valor de pauta (PMPF), entre outros aspectos. Isso gera muito desgaste para o revendedor e para a imagem do setor", comentou.

Na avaliação do presidente do Recap, a falta de transparência é um grande problema para a revenda. "Em um de meus postos, houve uma manifestação de motoristas de aplicativos, em protesto por causa do preço. É muito desgastante lidar com isso, em um momento em que nossos custos operacionais estão elevados e a margem muito baixa. Mas, infelizmente, o consumidor não sabe como o preço do combustível é calculado. Com tantas dificuldades, o nosso capital de giro está indo embora", afirmou.

Na região de Santos e Baixada Santista, José Camargo Hernandes, presidente do Resan, destacou que a administração de diferentes problemas tem gerado desgastes. Desde os decretos municipais que determinaram critérios bastante distintos sobre o funcionamento das lojas de conveniência, até municípios que interferiram no horário de funcionamento dos postos, cuja competência é da ANP, como foi o caso do decreto municipal de São Vicente, que determinou o fechamento dos postos às 20h. Além disso, houve muitos conflitos e discussões para explicar aos consumidores que o PIS/Cofins do óleo diesel foi zerado só nas refinarias (óleo diesel A), mas o óleo diesel B, vendido no posto, tem a cobrança do PIS/Cofins sobre o biodiesel. Juntando com as *fake news,* até consumidor de GNV queria o reembolso do PIS/Cofins. "Você tem que estar permanentemente apagando incêndio", disse Hernandes.

Ele informa que as vendas dos postos caíram para os veículos leves


Já pensou em uma **contabilidade específica** para o seu **posto de combustível?**

Há mais de **30 anos a Plumas Contábil** executa **serviços contábeis** para este setor e temos muito sucesso com o nosso diferencial de trabalho:

- **Visitas dos nossos consultores a todos os clientes, para realização de lançamentos e classificações das contas contábeis dentro da sua própria empresa, com sistema integrado e exportação de dados online, sem deslocamento de quaisquer documentos;**
- **Avaliação dos arquivos Sped Fiscal e contribuições em sua própria empresa, corrigindo e entregando esses arquivos à Receita Federal;**
- **Canal de atendimento on-line com seu escritório contábil, minimizando o fluxo de ligações telefônicas;**
- **Frota com mais de 40 veículos para a realização dos serviços contábeis no escritório de nossos clientes.**

UMA EMPRESA DE OLHO NO FUTURO

**Matriz/SP** 11 **2023.9999** | **Filial/GO** 62 **3926.8100** | **Filial/RJ** 21 **2051.6130**

Procure por Plumas Contabil nas redes Sociais

PLUM@S CONTÁBIL

www.PLUMASCONTABIL.com.br

plumas@plumascontabil.com.br

**NOVIDADES!**

TEMOS TAMBÉM A OPÇÃO DA CONTABILIDADE DIGITAL COM A MESMA QUALIDADE DE ACOMPANHAMENTO!

iStock

**Caminhoneiros causaram confusão nos postos porque o governo zerou o PIS/Cofins sobre o diesel somente nas refinarias, mas não avisou que o diesel na bomba tem 13% de biodiesel e os tributos federais continuam sendo cobrados sobre o biocombustível**

(gasolina, etanol e GNV) em cerca de 15% na primeira quinzena de março em relação a fevereiro deste ano e de 30% ante igual período do ano passado. Já o consumo de óleo diesel cresceu cerca de 20% em relação a fevereiro de 2021.

Para Hernandes, as causas que motivaram a retração das vendas foram várias. "As medidas de *lockdown*, as pessoas não estão saindo de casa, não tem mais a circulação de carros para levar os filhos para escola. Os preços dos combustíveis aumentaram e tivemos uma drástica queda na renda da população, com alimentação, combustíveis e outros itens, que também subiram de preço. O consumidor de gasolina passou a usar Uber e transporte público, o que acaba colaborando para manter o transporte público sobrecarregado e, consequentemente, gera o problema da proliferação da pandemia", destacou.

## Novela dos tributos

A revenda do país passou a conviver com uma série de conflitos, brigas, agressões e batidas policiais, desde que o governo federal zerou a incidência do PIS/Cofins sobre o óleo diesel por meio do Decreto 10.638, em 1º de março. José Hernandes, do Resan, sentiu o problema de perto em um de seus postos. Após o abastecimento e com o cupom fiscal nas mãos, um caminhoneiro gravou um vídeo e espalhou por grupos de WhatsApp denunciando o posto sobre a cobrança do PIS/Cofins do diesel, impressa no cupom e chamou a polícia para intervir. "Eu tive que fazer uma *live* para mostrar que era mentira. A má informação do governo gerou um grande estresse em todos os postos. Outros consumidores acharam que o imposto sobre a gasolina e o GNV também estavam zerados e os clientes exigiram a devolução dos tributos em dinheiro. Eu expliquei e mostrei a comprovação da informação, mas eles não quiserem saber, alegavam que o Bolsonaro zerou o imposto e não acreditavam no posto", disse.

Episódios similares ocorreram em vários postos do país. Diante da situação de crise, a Fecombustíveis divulgou uma nota com os esclarecimentos. Na nota, a Federação informa que o governo não zerou completamente a tributação federal sobre o óleo diesel. O Decreto Federal 10.638 zerou, por 60 dias, a cobrança do PIS/Cofins somente sobre o diesel A, vendido nas refinarias da Petrobras. O diesel comercializado nos postos é o diesel B, que conta com adição de 13% do biodiesel, cujo PIS/Cofins continua sendo tributado em R$ 0,01924 por litro.

Para evitar as confusões, que não deram trégua, a Fecombustíveis fez um apelo ao presidente Jair Bolsonaro e aos órgãos do governo para esclarecer a situação e passar a informação correta sobre a tributação do diesel junto a apoiadores e caminhoneiros, nas *lives* do presidente, juntamente com divulgações nos *sites* dos órgãos do governo, como o Ministério de Minas e Energia. O ofício enviado pela Federação em 15 de março retornou duas vezes com respostas da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ambas evasivas, sendo que a primeira foi completamente equivocada, pois tratou do Decreto 10.634, e não sobre o que isentou a cobrança dos tributos federais do diesel. Novamente, em 23 de março, a Federação enviou outro ofício apontando a correção para a Secretaria e, no dia seguinte, a resposta não foi objetiva. Então, em 25 de março, a Federação enviou novo ofício solicitando a colaboração do governo para divulgar a informação clara e correta, ou seja, que ainda há incidência do PIS/Cofins sobre os 13% do biodiesel misturado ao diesel. Até o fechamento desta edição, não houve retorno do governo.

# O dilema do decreto

**POR MÔNICA SERRANO**

Depois da publicação do chamado Decreto da Transparência 10.634, em 23 de fevereiro, a revenda nacional começou uma corrida contra o tempo, pois o presidente Bolsonaro concedeu somente um mês para a entrada em vigor. No dia seguinte à publicação, a Fecombustíveis começou a se mobilizar para mostrar ao governo as dificuldades da revenda para o cumprimento das regras, pois o setor é substituído tributariamente.

O decreto obriga os postos a informar, em painel visível e destacado, o valor médio regional do combustível no produtor ou no importador, o preço de referência usado para a cobrança do ICMS (PMPF, que é cobrado pelos estados), o valor do ICMS, o valor do PIS/Cofins e da Cide, ambos cobrados pela União. Ou seja, quando o posto recebe a gasolina e o diesel, o imposto já foi recolhido nas etapas anteriores da cadeia, por refinarias, importadores, produtores de etanol e biodiesel, além de distribuidores. Além disso, os postos que tiverem tarifa promocional, desconto ou *cashbacks*, oriundos dos programas de fidelização das distribuidoras, também deverão informar na placa o preço promocional vinculado ao aplicativo de fidelização. Caso o descontos ou o cashback forem variáveis, informar até R$ xx ou inserir a faixa de variação (x% a xx%). Lembrando que desconto não é o mesmo que *cashback* (crédito gerado no momento da compra para ser usado em outra ocasião). Segundo a Senacon, o consumidor deve ser comunicado adequadamente se é desconto ou *cashback*.

Os programas de fidelidade, que oferecem descontos ou *cashbacks* nas compras feitas via aplicativos são das grandes distribuidoras. Os revendedores não têm acesso às informações, que envolvem a relação direta da marca com os consumidores finais.

Ambas as informações (impostos e programas de fidelidade) não são de responsabilidade dos postos.

## Sugestões e prorrogação

Nos primeiros ofícios enviados ao governo, a Fecombustíveis solicitou o aprimoramento do decreto e a prorrogação do prazo para entrada em vigor por, pelo menos, 60 dias. Também pediu que as distribuidoras fossem responsabilizadas por transmitirem as informações referentes aos tributos na nota fiscal para o posto. Em relação à atualização do painel, foi pleiteada a atualização quinzenal nos dias 1º e 16 de cada mês, para acompanhar a divulgação do Ato Cotepe/ PMPF. Para evitar dúvidas para o consumidor que desconhece o sistema tributário da cadeia, a Fecombustíveis solicitou, ainda, a exclusão do PMPF do painel de preços e também a exclusão dos preços promocionais oferecidos pelos aplicativos das distribuidoras, já que as condições de venda não são ofertadas pelo posto e, sim, pela empresa detentora da marca.

"Não somos contrários ao decreto, uma vez que sempre fizemos promoções para mostrar ao consumidor o peso dos tributos, como a campanha 'o problema não é o posto, é o imposto'. Nosso pedido foi para melhorar o decreto e responsabilizar os elos anteriores da

**Mesmo com o mandado de segurança, a Fecombustíveis recomenda que todos os postos cumpram as exigências do decreto, a fim de evitar penalidades, mesmo que seja confeccionado um cartaz provisório**

cadeia a transmitir as informações sobre os tributos", afirmou Paulo Miranda Soares, presidente da Fecombustíveis.

Segundo Miranda, foram realizadas cerca de oito reuniões virtuais com os órgãos envolvidos com as novas regras. "Esgotamos todas as possibilidades de acordo, nem o Ministério de Minas e Energia (MME), o Ministério da Justiça ou a ANP tinham autonomia para fazer as modificações que sugerimos", comentou.

Para piorar a situação da revenda e em meio à pandemia, os prestadores de serviços estavam com as atividades interrompidas devido aos *lockdowns* em diversos municípios, impedindo a confecção das placas em tempo hábil.

Faltando uma semana para o decreto entrar em vigor, em 18 de março, a ANP atualizou suas orientações e sugeriu dois painéis para atender ao decreto, sendo um para divulgação de preços e tributos e outro com as condições promocionais, descontos ou *cashbacks* dos aplicativos das distribuidoras.

Na semana em que estava previsto para entrar em vigor, houve a última reunião entre a Fecombustíveis e os sindicatos filiados e a ANP, Senacon e MME, que frustrou as expectativas da revenda. O setor permaneceu com muitas dúvidas, tendo a certeza de que não haveria modificação do decreto.

Em virtude da situação agravada, sem obter um retorno efetivo do governo federal sobre a prorrogação das novas regras, a Fecombustíveis ingressou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, em 22 de março.

"Aguardamos de fato que o STF julgue inconstitucional", disse Paulo Miranda. Mesmo

## MODELO ANP - PAINEL 1

### VALORES APROXIMADOS DOS TRIBUTOS E DO COMBUSTÍVEL NO PRODUTOR/IMPORTADOR

DECRETO Nº 10.634, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

| COMBUSTÍVEIS | VALOR MÉDIO NO PRODUTOR / IMPORTADOR | VALOR USADO PARA CÁLCULO DO ICMS (PMPF) | TRIBUTOS ESTADUAIS (ICMS) | TRIBUTOS FEDERAIS (PIS/PASEP/ COFINS/CIDE) |
|---|---|---|---|---|
| Gasolina Comum* R$ / litro | | | | |
| Gasolina Aditivada* R$ / litro | | | | |
| Gasolina Premium* R$ / litro | | | | |
| Etanol Hidratado R$ / litro | | | | |
| Diesel S 10* R$ / litro | | | | |
| Diesel S 500* R$ / litro | | | | |
| GNV R$ / m³ | | | | |

** VALOR CONSIDERANDO A MISTURA COM BIOCOMBUSTÍVEIS, CONFORME LEGISLAÇÃO.*
*OS VALORES SUJEITAM-SE À PERIODICIDADE DE DIVULGAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS.*
*VALORES SÃO ESTIMADOS E APROXIMADOS. O SOMATÓRIO DOS VALORES PRESENTES NESTE PAINEL NÃO CORRESPONDE AOS PREÇOS FINAIS DOS COMBUSTÍVEIS.*
*PMPF - PREÇO MÉDIO PONDERADO PARA O CONSUMIDOR FINAL. VALOR DE REFERÊNCIA, SUJEITO À ALTERAÇÃO QUINZENAL, UTILIZADO PELAS SECRETARIAS DE FAZENDA DOS ESTADOS PARA CÁLCULO DO ICMS SOBRE OS COMBUSTÍVEIS.*

com o mandado de segurança, a Fecombustíveis recomenda que todos os postos cumpram as exigências do decreto, a fim de evitar penalidades, mesmo que seja confeccionado um cartaz provisório (em local visível e destacado), já que devido à pandemia, milhares de municípios estão em *lockdown* ou implementaram medidas restritivas.

Para auxiliar a revenda, a ANP disponibilizou em seu *site* os dois modelos de painéis, os valores médios estimados na produção e importação de cada combustível, por região, e também a medida sugerida dos painéis: 65cm x 50cm.

A Fecombustíveis contratou uma empresa especializada para calcular os valores aproximados dos tributos federais e estaduais, os custos médios na produção/importação e a base de cálculo do ICMS (PMPF), por estado, de todos os combustíveis comercializados no país, para auxiliar o revendedor a preencher adequadamente o painel, além de disponibilizar as informações em seu *site*.

"Mesmo atendendo às regras, ainda vamos ter muitos problemas com os Procons. Na véspera do decreto entrar em vigor, o Procon do Paraná avisou os postos que não vai aceitar o tamanho do painel sugerido pela ANP e os revendedores terão que exibir um painel três vezes maior. O mesmo Procon também exigiu que os postos fotografem as placas diariamente e enviem para os fiscais. Somos tratados como bandidos por alguns órgãos fiscalizadores. Nossos problemas continuam", disse Miranda.

Até o fechamento desta edição, não havia novidades sobre a avaliação do mandado pelo STF. ■

## MODELO ANP - PAINEL 2

# PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

DECRETO Nº 10.634, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

| COMBUSTÍVEIS | PREÇO COM APLICATIVO (NOME APLICATIVO) | VALOR OU % DO DESCONTO (COM APLICATIVO)[1] | PREÇO FINAL DO POSTO |
|---|---|---|---|
| Gasolina Comum* R$ / litro | | | |
| Gasolina Aditivada* R$ / litro | | | |
| Gasolina Premium* R$ / litro | | | |
| Etanol Hidratado R$ / litro | | | |
| Diesel S 10* R$ / litro | | | |
| Diesel S 500* R$ / litro | | | |
| GNV R$ / m³ | | | |

** VALOR CONSIDERANDO A MISTURA COM BIOCOMBUSTÍVEIS, CONFORME LEGISLAÇÃO.*
*OS VALORES SUJEITAM-SE À PERIODICIDADE DE DIVULGAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS.*
*[1] CASO O APLICATIVO NÃO APRESENTE VALOR OU PERCENTUAL ÚNICO, SUGERE-SE A UTILIZAÇÃO DE FAIXA COM OS PARÂMETROS MÍNIMOS E MÁXIMOS APLICÁVEIS*
*Obs. No Painel 2, o preço real deve ser destacado em fontes maiores. Já o preço promocional, vinculado ao uso do aplicativo, utilizar fontes menores.*

# Negócio machucado

Fotos: Divulgação/Rede Otten

**Em geral, as lojas vendem os mesmos produtos essenciais disponíveis em supermercados e, por isso, poderiam ser mais uma opção aos consumidores. No entanto, não foi esse o entendimento de governadores e prefeitos, que impuseram regras muito restritivas ao mercado de conveniência, impactando negativamente o setor**

POR ADRIANA CARDOSO

Embora os postos de combustíveis tenham sido considerados serviços essenciais durante a pandemia, as lojas de conveniência, um braço importante do negócio, sofreram bastante com a infinidade de decretos, sejam estaduais ou municipais, ao longo desse pouco mais de um ano de crise sanitária. Isso porque as lojas enfrentaram regras muito mais restritivas de funcionamento do que as pistas, e muitos revendedores tiveram que se virar nos trinta para manter o negócio.

Em algumas localidades, por exemplo, elas tiveram que ficar 100% fechadas por alguns dias, como em Manaus, no estado do Amazonas, que viveu uma das situações mais dramáticas na pandemia. Quem não se lembra das imagens de enterros coletivos de vítimas de Covid-19, na capital amazonense, no ano passado? E a crise de oxigênio nos hospitais, com gente sendo transferida às pressas para outros estados, para não morrerem, ironicamente, de falta de ar na região conhecida como "o pulmão do mundo"?

Mas Manaus não foi a única afetada. Confira, a seguir, os impactos da pandemia e medidas sanitárias em alguns estados brasileiros.

## Amazonas

O presidente do Sindicombustíveis Amazonas, Eraldo de Souza Teles Filho, confirma as informações de que, sim, a situação no estado foi mesmo calamitosa.

Embora o Amazonas seja o maior estado brasileiro, 90% dos postos de combustíveis e lojas de conveniência ficam em Manaus e região metropolitana. A situação das revendas, segundo ele, é preocupante durante a pandemia. "Nosso entendimento é de que a conveniência é uma extensão do supermercado e, no momento da pandemia, elas poderiam suprir a necessidade da população, mas fomos proibidos de trabalhar", disse.

Muitos revendedores, segundo ele, trocaram a gama de produtos por itens de necessidade, como álcool em gel, fraldas, material de higiene, café, pão e outros produtos encontrados em farmácias, "uma vez que o estado estava vivendo uma situação de guerra".

"Mas, na contramão da população, que estava pedindo, o governo do estado baixou decretos em cima de decretos proibindo as lojas de conveniência de funcionarem. Por algumas semanas, elas ficaram 100% proibidas de funcionar e os postos só podiam ficar abertos até as 18h", contou.

O Sindicato, então, interveio, encaminhando ofícios, fazendo reuniões com os governos estadual e municipal de Manaus e, após muita insistência, as lojas conseguiram implementar o *delivery* e o *take away*.

"Mesmo assim, o horário era reduzido até as 18h. Além disso, para que fossem liberadas (as lojas), tivemos que adequar os espaços, retirando todas as mesas e cadeiras para que não fosse mantido nada que pudesse gerar aglomeração."

Queda do movimento obrigou parte dos revendedores a rever o planejamento de compras da loja. Mesmo assim, vários arcaram com prejuízos de produtos vencidos que não tiveram troca

Algumas lojas tiveram queda drástica nas vendas, principalmente nos municípios que restringiram o horário de funcionamento

Em meados de março, o atendimento havia sido estendido até as 20h, mas o consumo no interior da loja continuava proibido. "Se passar um minuto do horário, vem o Procon em cima", relatou.

Teles afirmou que a pandemia fez um estrago no setor, com muita gente quebrando e revendedores morrendo de Covid-19. As que sobreviveram, no auge da primeira onda, perderam até 70% do faturamento e, agora, com a situação um pouco mais controlada, eles estão ainda com metade do que faturavam antes da pandemia.

Ainda assim, ele, que teve Covid-19, mas com sintomas "leves", comemorou que o estado está conseguindo controlar a situação da doença. "Outros estados estão vivendo agora o que vivemos. Digo que vai passar", assegurou.

## Rio Grande do Sul

Enquanto o Amazonas se recuperava do colapso, o Rio Grande do Sul vivia a sua pior fase da doença quando esta reportagem foi concluída, em meados de março. O estado estava na etapa mais restritiva no controle do avanço da doença, enfrentava um grave colapso em seu sistema de saúde, com falta de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), e muitos revendedores estavam perdidos com a infinidade de decretos a cumprir.

O revendedor Luís Frederico Otten classificou a situação como uma das mais difíceis enfrentada pelos negócios de sua família, que está há 26 anos no ramo. Com três postos e lojas, sendo dois em Porto Alegre e um em Alvorada (RS), ele disse que viveu a dicotomia dos dias em que teve que fazer ajustes não previstos.

"Num dia eu tinha uma equipe e, no outro, tive que fechar turnos. A gente fez o que pôde, suspendendo contratos de trabalho, adiantando férias. Depois todos esses recursos acabaram", disse.

No começo, a situação era ruim tanto para ele quanto para os empregados, que eram forçados a tirar férias no período que não queriam, "e o clima ficava tenso". "Houve queda no movimento e tivemos que reduzir a equipe. O planejamento de compras da loja também teve que ser modificado, pois ficou difícil fazer previsões, já que muitas mercadorias acabavam ficando encalhadas e vencendo", lamentou.

Otten teve que refazer o inventário da loja, entre o que "quebrou por vencimento e o que quebrou por furto". "A média de quebra por vencimento aumentou em 50%", disse. Ele tentou negociar com fornecedores as trocas, "mas boa parte dos produtos não tem troca e o revendedor acaba arcando com os prejuízos."

Até onde pôde, ele segurou para não demitir, mas não houve jeito. "Numa loja reduzimos de cinco para três. Em outra, de seis para quatro. Uma das lojas funcionava 24 horas, mas, em abril do ano passado, deixamos o turno da noite, em função dos decretos", disse.

A lição trazida pela pandemia, para ele, é de que o conceito de planejamento mudou. "O planejamento de longo prazo ficou complicado de fazer. Hoje tem sido tudo no curto prazo — programação de férias, contratação. Ficou difícil planejar. A gente fez todo possível para reduzir custos, fazer controle das despesas operacionais, mas é difícil, bem complicado", pontuou.

Ele não espera uma melhora nos negócios no prazo de um ano, pelo menos, mas tem fé de que a vacinação vai ajudar a melhorar o cenário.

Ainda no Rio Grande do Sul, Gustavo Bortolini tem um posto

bandeira branca em Esteio, região Metropolitana de Porto Alegre, e disse que seu negócio vivia a melhor fase, até vir a pandemia e jogar uma pá de cal. Ele previa colocar a sua loja faturando R$ 100 mil por mês no período de um ano, mas as projeções levarão cinco anos para se concretizarem.

A loja de conveniência tinha um *deck*, onde uma banda animava as noites de fins de semana. A venda de bebidas e uma parceria com uma hamburgueria terceirizada ajudaram a turbinar o faturamento. Até que o coronavírus chegou ao Brasil.

"Hoje temos menos clientes, o tipo de venda mudou um pouco. Na loja, eu vendia muita bebida alcoólica no fim de semana à noite, mas agora a venda zerou por causa dos decretos, que proíbem esse produto", comentou.

A exemplo do que disse o presidente do Sindicombustíveis do Amazonas, ele também lamentou a diferenciação imposta pelos decretos entre supermercados e lojas de conveniência. "Na prática, essa diferença não existe. A loja poderia ser uma alternativa para ajudar as pessoas a não se aglomerarem nos supermercados. Tenho loja com caixa eletrônico, com banheiro, e nunca gera aglomeração. É um local em que se pode ir e resolver várias coisas."

Ele também teve que reduzir o número de funcionários, implementou o *take away* na loja, porque há restrições para consumo no interior do local. Durante a semana, em março, o horário de funcionamento era das 6h às 20h e havia limitações de pessoas por metro quadrado. "A regra é um cliente por vez na loja e, com tantas restrições, as pessoas não querem nem sair de casa", queixou-se.

Quando começou a pandemia, em março do ano passado, o Rio Grande do Sul implementou regras muito restritivas para conter a doença e o negócio de Bortolini sentiu. Em setembro, houve uma recuperação e, no começo deste ano, com o agravamento da pandemia no estado, a situação piorou de novo.

Além da pandemia, os constantes reajustes nos preços dos combustíveis pela Petrobras também impactaram o negócio. "Então, sem cliente para abastecer, a loja também sente", disse.

Outro elemento impactante: os custos dos fornecedores também aumentaram durante a pandemia, o que dificulta ainda mais a vida dos donos das lojas, segundo Bortolini, que viu seu faturamento despencar 70%, em abril do ano passado, e que, em março deste ano, faturava metade do que ganhava antes da pandemia.

## Santa Catarina

A situação do estado de Santa Catarina também era grave no começo deste ano, com pessoas morrendo na fila de espera por leitos de UTI. Diante da gravidade da crise sanitária, governos estadual e municipais baixaram uma série de decretos bastante restritivos, que também impactaram os negócios da revenda. A Rede SIM, a maior do país, sentiu bastante, mas vinha conseguindo sobreviver sem precisar demitir ou fechar unidades.

No começo da fase mais restritiva este ano, as lojas da rede, conforme informações do Departamento de Marketing da empresa, adotaram o serviço pague e leve. Mas, em meados de março, com um certo afrouxamento dos decretos, as lojas passaram a funcionar com metade das mesas disponíveis.

Uma das percepções da rede é a de que a forma de consumo mudou. Hoje, os clientes ficam menos na loja. Preferem comprar o produto e seguir viagem e a expectativa é a de que esse comportamento permaneça por mais alguns meses.

A rede acredita que, na medida em que a vacinação progride, a situação dos negócios vai começar a melhorar.

## Minas Gerais

A revendedora Aline de Cassia Xavier Tolentino Niquini, de Minas Gerais, tem uma loja Aghora em Nova Lima (Zap Express). Ela não precisou fechá-la durante a pandemia, mas disse que o movimento diminuiu bastante.

"Não trabalho com *delivery* e nosso movimento reduziu bastante, principalmente devido às restrições de venda e consumo de bebidas alcoólicas", disse.

Com menos vendas, ela replanejou as compras, reduzindo os estoques de produtos.

Até o momento, Aline disse que não havia reduzido o quadro de funcionários, mas lamentou que, infelizmente, será forçada a fazê-lo, uma vez que a situação tornou-se insustentável. ■

# A Justiça do Trabalho pandêmica e seus reflexos

Não podemos dizer que a especializada Justiça do Trabalho parou com o impacto da pandemia, não obstante o aumento considerável de processos.

Muitas medidas implantadas foram e serão benéficas, que perpetuarão no tempo, e seus efeitos serão sentidos ao final da crise pandêmica.

Destaca-se a capacidade de adaptação do ser humano, principalmente os operadores do direito, como advogados, serventuários e magistrados que se habilitaram rapidamente a realizar audiências e sustentação oral por videoconferência.

A advocacia é mesmo uma profissão de eterno conhecimento e, na atualidade pandêmica, de rápida adaptação a conhecimentos técnicos e práticos.

Os processos não pararam de ser distribuídos, seja por conta de ações em curso, seja por conta das necessárias regulamentações quanto a suspensão do contrato de trabalho, da redução da jornada e do salário.

A tentativa de realização de audiência por videoconferência não foi bem recepcionada pelos advogados e partes. Nem poderia, uma vez que ninguém estava preparado para o procedimento de mudança abrupta neste momento, nem a própria Justiça do Trabalho.

Caso concreto é, a nosso ver, inadmissível a oitiva de partes e testemunhas à margem do ambiente forense e por videoconferência. Fere de morte o princípio da incomunicabilidade. Mas é claro que as audiências, nesta modalidade virtual, se manterão para as tentativas de composição.

Outrossim, ressalte-se nossa alegria por ver, na maioria das vezes, despachos processuais lépidos, mas que, infelizmente, represam os processos quando da audiência de instrução do feito, que muitas vezes não se realizam por dificuldades de conexões dos serventuários, partes, testemunhas, advogados e/ou magistrados.

Não passou despercebida, por sua vez, a rápida liberação de alvarás por meio eletrônico com depósito direto em conta corrente, sentenças, acórdãos e demais atos ordinários como notificações por e-mail, acelerados pelo regime eletrônico, que veio para ficar.

Não poderemos deixar de relacionar algumas das consequências pós-pandemia: desemprego, recuperações judiciais, falências, queda da economia, desvalorização da moeda, aumento da população que vive abaixo da linha de pobreza, aumento da inflação, o que refletirá como nunca, mais uma vez, nas portas da Justiça do Trabalho.

Não passou despercebida a rápida liberação de alvarás por meio eletrônico com depósito direto em conta corrente, sentenças, acórdãos e demais atos ordinários como notificações por e-mail, acelerados pelo regime eletrônico, que veio para ficar

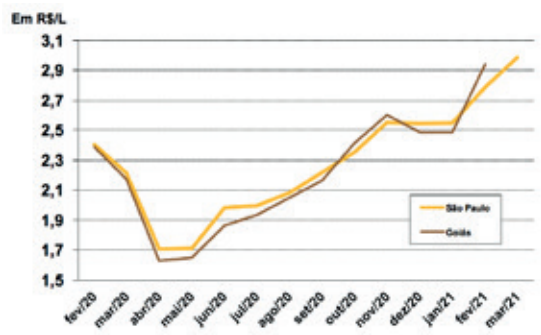
## EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO ETANOL (Centro-Sul)

em R$/L

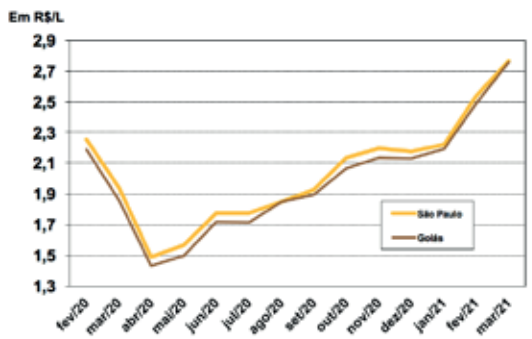
| | Período | São Paulo | Goiás |
|---|---|---|---|
| ANIDRO | 01/03/2021 - 05/03/2021 | 3,268 | 3,569 |
| | 08/03/2021 - 12/03/2021 | 3,254 | N/D |
| | 15/03/2021 - 19/03/2021 | 3,115 | N/D |
| | 22/03/2021 - 26/03/2021 | 2,641 | N/D |
| | 29/03/2021 - 01/04/2021 | 2,656 | N/D |
| | março de 2020 | 2,212 | 2,172 |
| | março de 2021 | 2,987 | N/D |
| | Variação 01/03/2021 - 01/04/2021 | -18,7% | N/D |
| | Variação março/2021 - março/2020 | 35,0% | N/D |

| | Período | São Paulo | Goiás |
|---|---|---|---|
| HIDRATADO | 01/03/2021 - 05/03/2021 | 3,038 | 3,097 |
| | 08/03/2021 - 12/03/2021 | 3,037 | N/D |
| | 15/03/2021 - 19/03/2021 | 2,872 | 2,742 |
| | 22/03/2021 - 26/03/2021 | 2,438 | 2,435 |
| | 29/03/2021 - 01/04/2021 | 2,447 | 2,457 |
| | março de 2020 | 1,970 | 1,858 |
| | março de 2021 | 2,766 | 2,683 |
| | Variação 01/03/2021 - 01/04/2021 | -19,5% | -20,7% |
| | Variação março/2021 - março/2020 | 40,4% | 44,4% |

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO ETANOL ANIDRO (em R$/L)




EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO ETANOL HIDRATADO (em R$/L)




*Fonte: CEPEA/Esalq*
*Nota 1: Incluso Pis/Cofins, correspondente a R$ 0,1309.*
*Nota 2: Preço para vendas interestaduais.*

## FORMAÇÃO DE PREÇOS

em R$/L

*Ato Cotepe/PMPF nº 9 de 24/03/2021 - DOU de 25/03/2021 - Vigência a partir de 01 de abril de 2021*

**Gasolina**

| UF | 73% Gasolina A | 27% Etanol Anidro (1) | 27% PIS/ COFINS Anidro (3) | 73% CIDE (2) | 73% PIS/ COFINS (3) | Carga ICMS | Custo da Distribuição | Alíquota ICMS | Preço de Pauta (4) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AC | 1,934 | 0,788 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,586 | 4,995 | 25% | 6,2917 |
| AL | 1,886 | 0,769 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,717 | 5,059 | 29% | 5,8671 |
| AM | 1,844 | 0,791 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,361 | 4,683 | 25% | 5,3835 |
| AP | 1,952 | 0,799 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,237 | 4,674 | 25% | 4,8950 |
| BA | 1,867 | 0,775 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,431 | 4,760 | 28% | 5,0700 |
| CE | 1,874 | 0,785 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,570 | 4,916 | 29% | 5,3609 |
| DF | 1,996 | 0,702 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,671 | 5,055 | 28% | 5,9420 |
| ES | 1,897 | 0,697 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,440 | 4,720 | 27% | 5,2910 |
| GO | 1,992 | 0,699 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,756 | 5,135 | 30% | 5,8120 |
| MA | 1,821 | 0,780 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,502 | 4,790 | 30,5% | 4,8698 |
| MG | 1,949 | 0,691 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,851 | 5,178 | 31% | 5,9448 |
| MS | 1,971 | 0,715 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,707 | 5,080 | 30% | 5,6434 |
| MT | 2,042 | 0,721 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,262 | 4,712 | 25% | 5,0004 |
| PA | 1,879 | 0,783 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,490 | 4,839 | 28% | 5,2699 |
| PB | 1,857 | 0,765 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,535 | 4,844 | 29% | 5,2462 |
| PE | 1,856 | 0,765 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,584 | 4,893 | 29% | 5,4140 |
| PI | 1,845 | 0,771 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,787 | 5,089 | 31% | 5,7000 |
| PR | 1,891 | 0,691 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,396 | 4,665 | 29% | 4,8000 |
| RJ | 1,941 | 0,691 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 2,048 | 5,367 | 34% | 5,9840 |
| RN | 1,807 | 0,769 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,671 | 4,934 | 29% | 5,7020 |
| RO | 1,893 | 0,788 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,419 | 4,787 | 26% | 5,4000 |
| RR | 1,879 | 0,791 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,378 | 4,735 | 25% | 5,4470 |
| RS | 1,909 | 0,710 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,754 | 5,059 | 30% | 5,8404 |
| SC | 1,925 | 0,699 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,197 | 4,508 | 25% | 4,7700 |
| SE | 1,945 | 0,769 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,648 | 5,049 | 29% | 5,6310 |
| SP | 1,920 | 0,428 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,307 | 4,342 | 25% | 5,2090 |
| TO | 1,890 | 0,713 | 0,035 | 0,073 | 0,579 | 1,670 | 4,959 | 29% | 5,7000 |
| | CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO - BRASIL (5) | | | | | 4,798 | | | |

**Diesel S500**

| UF | 87% Diesel A S500 | 13% Biocombustível (6) | 87% CIDE (2) | 13% PIS/ COFINS Biodiesel (3) | 87% PIS/ COFINS Diesel (3) | Carga ICMS | Custo da distribuição | Alíquota ICMS | Preço de Pauta (4) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AC | 2,370 | 0,633 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,902 | 3,906 | 17% | 5,2753 |
| AL | 2,343 | 0,636 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,832 | 3,830 | 18% | 4,5923 |
| AM | 2,263 | 0,633 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,783 | 3,699 | 18% | 4,3129 |
| AP | 2,409 | 0,633 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 1,155 | 4,217 | 25% | 4,5830 |
| BA | 2,306 | 0,636 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,695 | 3,657 | 18% | 3,8400 |
| CE | 2,341 | 0,636 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,710 | 3,706 | 18% | 3,9130 |
| DF | 2,478 | 0,602 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,672 | 3,772 | 15% | 4,4680 |
| ES | 2,325 | 0,612 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,497 | 3,453 | 12% | 4,1163 |
| GO | 2,480 | 0,600 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,717 | 3,816 | 16% | 4,4555 |
| MA | 2,309 | 0,636 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,720 | 3,685 | 18,5% | 3,8601 |
| MG | 2,478 | 0,612 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,659 | 3,769 | 15% | 4,3816 |
| MS | 2,470 | 0,600 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,503 | 3,593 | 12% | 4,1679 |
| MT | 2,539 | 0,602 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,752 | 3,913 | 17% | 4,3959 |
| PA | 2,323 | 0,633 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,736 | 3,711 | 17% | 4,2966 |
| PB | 2,320 | 0,636 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,757 | 3,732 | 18% | 4,1781 |
| PE | 2,355 | 0,636 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,630 | 3,641 | 16% | 3,9130 |
| PI | 2,337 | 0,636 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,797 | 3,790 | 18% | 4,3900 |
| PR | 2,405 | 0,593 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,459 | 3,477 | 12% | 3,8200 |
| RJ | 2,426 | 0,616 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,511 | 3,572 | 12% | 4,2400 |
| RN | 2,271 | 0,636 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,828 | 3,754 | 18% | 4,5640 |
| RO | 2,321 | 0,633 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,755 | 3,729 | 17% | 4,4090 |
| RR | 2,305 | 0,633 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,785 | 3,743 | 17% | 4,5800 |
| RS | 2,364 | 0,593 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,497 | 3,473 | 12% | 4,1382 |
| SC | 2,454 | 0,594 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,449 | 3,516 | 12% | 3,7300 |
| SE | 2,412 | 0,636 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,788 | 3,856 | 18% | 4,3500 |
| SP | 2,409 | 0,609 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,553 | 3,591 | 13,3% | 4,1510 |
| TO | 2,391 | 0,624 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,575 | 3,610 | 13,5% | 4,2310 |
| | CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO - BRASIL (5) | | | | | 3,644 | | | |

## FORMAÇÃO DE PREÇOS

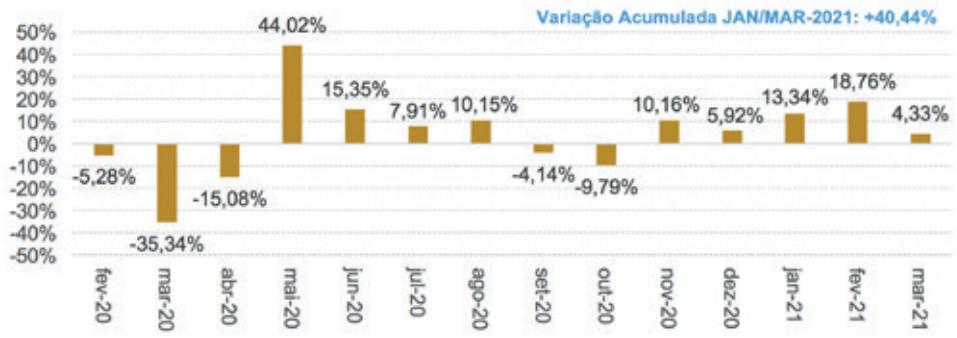
em R$/L

| | UF | 87% Diesel A S10 | 13% Biocombustível (6) | 87% CIDE Diesel (2) | 13% PIS/ COFINS Biodiesel (3) | 87% PIS/ COFINS Diesel (3) | Carga ICMS (7) | Custo da distribuição | Alíquota ICMS | Preço de Pauta (4) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Diesel S10 | AC | 2,403 | 0,633 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,906 | 3,943 | 17% | 5,2980 |
| | AL | 2,364 | 0,636 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,851 | 3,870 | 18% | 4,6961 |
| | AM | 2,283 | 0,633 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,802 | 3,738 | 18% | 4,4215 |
| | AP | 2,430 | 0,633 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 1,198 | 4,281 | 25% | 4,7560 |
| | BA | 2,328 | 0,636 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,704 | 3,688 | 18% | 3,8900 |
| | CE | 2,361 | 0,636 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,776 | 3,792 | 18% | 4,2803 |
| | DF | 2,516 | 0,602 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,681 | 3,817 | 15% | 4,5230 |
| | ES | 2,345 | 0,612 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,512 | 3,489 | 12% | 4,2429 |
| | GO | 2,493 | 0,600 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,720 | 3,832 | 16% | 4,4773 |
| | MA | 2,322 | 0,636 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,725 | 3,703 | 18,5% | 3,8856 |
| | MG | 2,498 | 0,612 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,668 | 3,797 | 15% | 4,4400 |
| | MS | 2,491 | 0,600 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,512 | 3,622 | 12% | 4,2421 |
| | MT | 2,560 | 0,602 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,754 | 3,935 | 17% | 4,4042 |
| | PA | 2,346 | 0,633 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,733 | 3,732 | 17% | 4,2819 |
| | PB | 2,344 | 0,636 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,772 | 3,771 | 18% | 4,2594 |
| | PE | 2,376 | 0,636 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,663 | 3,694 | 16% | 4,1150 |
| | PI | 2,362 | 0,636 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,802 | 3,819 | 18% | 4,4200 |
| | PR | 2,422 | 0,593 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,463 | 3,497 | 12% | 3,8500 |
| | RJ | 2,450 | 0,616 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,529 | 3,613 | 12% | 4,3840 |
| | RN | 2,299 | 0,636 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,857 | 3,812 | 18% | 4,7230 |
| | RO | 2,349 | 0,633 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,751 | 3,753 | 17% | 4,3810 |
| | RR | 2,333 | 0,633 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,798 | 3,784 | 17% | 4,6540 |
| | RS | 2,388 | 0,593 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,502 | 3,502 | 12% | 4,1836 |
| | SC | 2,474 | 0,594 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,455 | 3,542 | 12% | 3,7800 |
| | SE | 2,436 | 0,636 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,792 | 3,884 | 18% | 4,3720 |
| | SP | 2,429 | 0,609 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,568 | 3,626 | 13,3% | 4,2640 |
| | TO | 2,412 | 0,624 | 0,000 | 0,019 | 0,000 | 0,579 | 3,635 | 13,5% | 4,2560 |
| | CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO - BRASIL (5) | | | | | | 3,675 | | | |

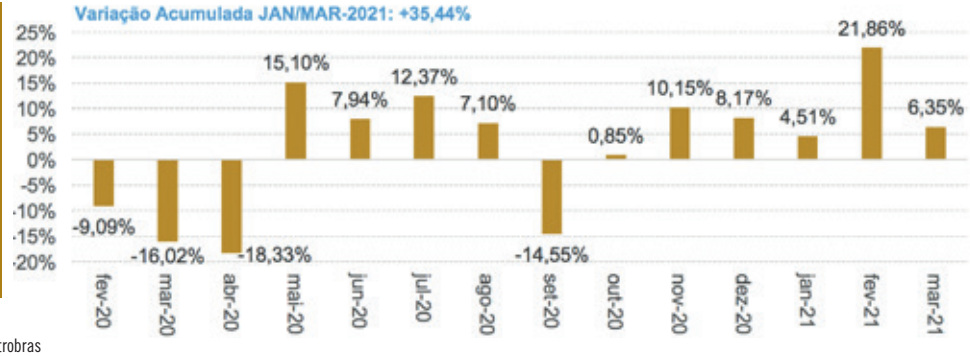
*Nota (1): Corresponde ao preço da usina/produtor sem acréscimo do PIS/COFINS, incluso frete*
*Nota (2): Decreto 8.395, de 28/01/2015, Decreto 9.391, de 30/05/2018 e Decreto 10.638 de 01/03/2021*
*Nota (3): Decreto 9.101, de 20/07/2017*
*Nota (4): PMPF/Base de cálculo do ICMS*
*Nota (5): Média ponderada considerando o volume comercializado no ano de 2018*
*Nota (6): Corresponde ao preço do leilão, deduzido PIS/COFINS com acréscimo do frete.*
*Nota (7): Decreto 10.527 de 23/10/2020*
*Nota (8): Aplicado sobre o PMPF o fator de correção de volume, Ato Cotepe 64/2019*
*Obs: preços com base nas Tabelas Petrobras (refinaria) de 25/03/2021 e Atos Cotepe 09/10 e 11/2021.*

## AJUSTES NOS PREÇOS DA PETROBRAS

GASOLINA




DIESEL



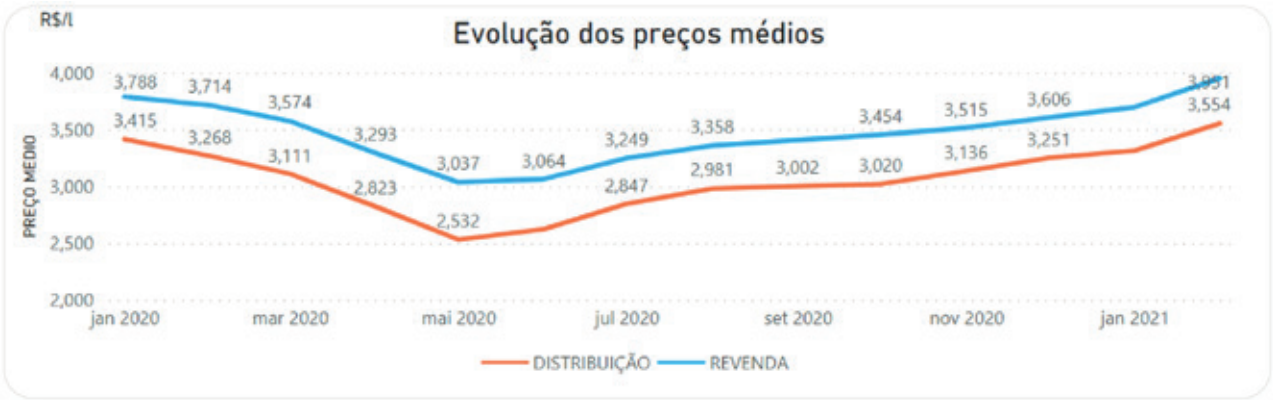

Fonte: Petrobras
Nota: Os ajustes diários estão disponíveis no site da empresa, seção Produtos e Serviços, subseção Composição de preço de venda às distribuidoras ( http://www.petrobras.com.br/pt/produtos-e-servicos/composicao-de-precos-de-venda-as-distribuidoras/ ).

## PREÇOS DE REVENDA E DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

*Período: 01/01/2020 à 01/02/2021 (Preço Médio Brasil)*

### Gasolina comum:

### Óleo Diesel comum:




### Etanol Hidratado comum:

Obs:
1 – Não disponíveis os preços da revenda, relativos às semanas de 23/08 à 11/10/2020
2 – A partir de 17/08/2020 os dados de distribuição de etanol hidratado não contemplam a parcela de ICMS/Substituição
Fonte: ANP – Painel Dinâmico de Preços de Combustíveis e Derivados do Petróleo

# O tempora, o mores

Tio Marciano, Ruano e o Doutor pouco têm se visto devido à quarentena. À espera da vacinação, com máscaras e luvas, conversam com outros velhos.

- Será que essa vacina é a chinesa?

- Já me informei. É a Oxford.

- Bom, porque desde que começaram a vacinação o número de óbitos e contaminações informado pelo SES Covid, em Porto Alegre, aumentou.

- Li na *internet* que é de propósito.

- O governador mandou fechar o comércio e proibiu o *surf*. Além de proibir os supermercados de vender produtos não essenciais.

- Mas eu vi uma nota do governador dizendo que não se refere a bebidas alcoólicas.

- Ainda bem.

- Até o fim do ano já não terá mais pandemia. O Lula, como novo presidente, não permitirá.

- Mas a eleição é somente em 2022.

- Nem precisa... será nomeado.

- Quem te disse essas novidades???

- O Tanço. Interpretando pronunciamentos do Dirceu.

- Meu Deus.

- E Deus que não se meta. Está desautorizado.

- Como é que é?

- Segundo o Tanço uma comissão de advogados já está estudando levar ao Supremo um pedido de invalidação dos Evangelhos.

# Oportunidade!

agHora Conveniência

## Sistema de Licenciamento agHora

X

## Sistema convencional de Franquia

- **Ausência de taxas de franquia, tornando os custos de instalação mais baixos**
- **Ausência de cobrança de royalty. No modelo agHora você paga apenas uma mesalidade fixa.**
- **Aqui o licenciado possui uma maior flexibilidade para ajustar o projeto e funcionamento de sua loja à realidade.**
- **O contrato de licenciamento agHora permite uma operação mais flexível que não engessa a rotina da loja.**
- **Não existem obrigações de volume de compra de produtos.**

| *ITEM* | *agHora* | *FRANQUIAS TRADICIONAIS* |
|---|---|---|
| Instalação/montagem (1)* | R$ 90.000,00 | R$ 200.000,00 |
| Modalidade de mensalidade/royaties | mensalidade fixa | royaties (média 7% s/fatura) |
| Custo Mensal (2) | R$ 900,00 | R$ 4.200,00 |
| Custo total (48 meses) (3) | R$ 133.200,00 | R$ 401.600,00 |

*(1) Custo médio de lojas com mesma metragem e equipamentos (referência Belo Horizonte)*

*(2) Considerando um faturamento médio/mês de R$ 60.000,00*

*(3) Considerando montagem + mensalidade*

**O valor da montagem contempla equipamentos, mobiliários, comunicação visual e projetos arquitetônicos*

agHora Conveniência

Acesse
**agHora.com.br**

Entre em contato conosco!

(31) **2108.6514**
(31) **2108.6538**
(31) **98393.4020**

comercial@aghoraconveniencia.com.br